

Bittar comenta o Orçamento da União para 2002

página 4

Governo do Acre responde aos ataques

página 4

NESTA EDIÇÃO

IC lança "Fome Zero" em Brasília

página 5

Porto Alegre sedia Fórum Mundial de Educação

página 7

PT não tolera nem é conivente com contravenção

O presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), declarou que a Comissão Executiva Nacional do PT apóia o governador petista do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, no episódio em que o presidente do Clube de Seguros e Cidadania, Diógenes de Oliveira, teria afirmado em gravação que o governador petista o autorizara a pedir ao ex-chefe de polícia Luiz Fernando Tubino para não reprimir o jogo do bicho.

O governador afirma não ter delegado ou autorizado o petista a falar em seu nome. Dirceu acredita que ele tenha

falado "por conta própria" e declara apoio à Executiva Estadual que vai analisar o comportamento do filiado conforme o Código de Ética do partido. "Quem tiver qualquer relação com a contravenção e o jogo do bicho não será tolerado no PT, porque não somos coniventes com isso", sentenciou o dirigente petista.

"O Rio Grande do Sul e o Brasil conhecem a transparência e a correção do Olívio e saberão distinguir o uso político desta declaração, da ação do PT e do governador", disse Dirceu,

ressaltando a gravidade da declaração que associaria o partido a troca de favores com o cartel do jogo do bicho.

O dirigente petista afirma que este episódio tem relação com a oposição à administração petista do Estado. "É uma oposição sectária, radical e desestabilizadora", acusou o petista. Segundo ele, a oposição vem atacando o PT e o governo estadual desde a instalação da CPI do crime organizado, que se transformou em CPI da Segurança Pública e que agora tenta vincular o partido

à contravenção. "Eles foram derrotados em todos esses casos e estão tentando evitar uma derrota ainda mais vergonhosa, aparecendo com esta fita gravada há meses atrás", avaliou Dirceu.

O líder petista Luiz Inácio Lula da Silva suspeita de armação para prejudicar o governador do Rio Grande do Sul, já que a fita que poderia ter aberto as investigações da CPI só foi apresentada agora que a oposição foi derrotada.

Publicamos nesta edição encarte com material produzido pelo governo gaúcho sobre as denúncias.

PT notícias

JORNAL DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES — ANO V Nº 110 — DE 9 A 23/11/2001



Encontro fortalece setoriais para tarefas do próximo ano

Guarulhos, cidade da região metropolitana de São Paulo, sediou, de 26 a 28 de outubro, o Encontro dos Setoriais Nacionais do Partido dos Trabalhadores. Foi um evento de singular importância pois, pela primeira vez, o PT realizou um encontro de setoriais em um mesmo local, com a oportunidade de debate conjunto e garantia da discussão específica.

Os Setoriais são instâncias partidárias de produção, elaboração e divulgação das políticas do partido, também são instrumentos de mobilização e unificação das ações do PT nas lutas sociais e de apoio às frentes institucionais.

A organização setorial no partido começou a ser discutida logo após as eleições presidenciais de 1989. Após um longo processo de debates entre as sub-secretarias da Secretaria Nacional de Movimentos Populares (SNMP) e as demais secretarias nacionais, foi aprovada a eleição de delegados e delegadas setoriais para o I Congresso do PT e apresentada uma proposta de organização que foi votada no Congresso.

A partir da aprovação em 1991 foi iniciada a construção dos setoriais da SNMP e posteriormente das Secretarias Nacionais.

Ao longo desses anos a SNMP estruturou os setoriais nacionais de educação, saúde, assuntos indígenas, gays e lésbicas, comunicação comunitária, esporte e lazer, transportes, criança e adolescente, política urbana, assistência social, religiosos e pessoas portadoras de deficiência.

"A idéia de organizar os Encontros dos Setoriais em conjunto partiu de um debate político entre as várias secretarias e coordenações de setoriais, que colocava a importância de buscar articular os vários setoriais,

de socializar o acúmulo e também os descompassos entre eles e a direção do partido", relata Sonia Hypólito, secretária nacional de Movimentos Populares.

Para Hypólito, "o processo de construção do Encontro dos Setoriais Nacionais, pode deixar um saldo positivo entre as secretarias, resultando na tentativa de buscar uma unidade mais duradoura, inclusive em função dos vários problemas que esta proposta enfrentou. Foi a primeira vez que o partido realizou um encontro com esta característica, reunindo militantes e dirigentes de quase todas as áreas, de todos os Estados, em um mesmo espaço".

No debate da abertura, que tinha como temas "O PT e os Movimentos Sociais", "O PT e as Políticas Sociais" e "Organização Partidária", segundo Hypólito, "ficou provada a necessidade política do Encontro, sentida pelas manifestações e número de participantes, apesar de tantas disputas em jogo, que naquele momento poderiam ter sido priorizadas. Mas não, os companheiros e companheiras foram para o debate".

Na avaliação da secretária de Movimentos Populares, "faltou a este Encontro um espaço que permitisse aos vários setoriais uma troca, faltou intercambiar as resoluções, cruzar as várias propostas entre os setoriais".

"Mas os setoriais nacionais, vinculados à SNMP, conseguiram um saldo positivo ao discutir os temas candentes do momento político relacionado ao seu setorial. Fizeram um planejamento inicial das tarefas para o próximo período (principalmente no que se refere às eleições presidenciais do ano que vem, programa de governo e organização setorial para a campanha) e elegeram as novas coordenações", contou Hypólito.



Guarulhos, 26, 27 e 28 de Outubro de 2001

Mesa de abertura dos setoriais, em Guarulhos, e Sonia Hypólito (ao lado)



"Os desafios são muitos e alguns bastante complexos, mas acredito que os setoriais da SNMP são um fundamental instrumento para elaborar a síntese das mais diversas experiências de cada setor, estabelecendo para o partido propostas político-programáticas seja para a atuação nos Executivos e Legislativos, nos movimentos sociais, enfim em todas as frentes de atuação do partido. Uma das grandes dificuldades que os setoriais da SNMP tem enfrentado é discutir suas propostas nas instâncias partidárias e em muitos casos, mesmo depois de aprovadas pela instância, acabam não sendo implementadas pelas direções partidárias", alerta a dirigente petista.

Ambientalistas

João Bosco Senra, presidente da Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte

(MG), foi escolhido, por consenso, como novo secretário nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT.

Na avaliação de Senra, este foi um dos melhores encontros já realizados. "Primeiro, porque aconteceu juntamente com os demais setoriais nacionais (mulheres, juventude, sindical, etc.). Segundo, porque pudemos fazer uma boa discussão sobre a tese, conjuntura nacional e internacional, a preciosa contribuição dos ambientalistas para o PT neste âmbito, sobre propostas para o programa de governo 2002 e também uma boa avaliação do trabalho da SMAD nestes dois anos (com Gilney Viana). Terceiro, porque, tivemos delegados (23), convidados e observadores a partir de nove Encontros Estaduais, sendo seis com quórum para eleger delegados. Quarto, porque os participantes de todos os setoriais foram recebidos com música ao vivo (não deu pra dançar!) mais o lançamento do nosso livro, 'O desafio da sustentabilidade'".

O novo secretário também comemora a eleição do coletivo nacional (dez titulares e três suplentes) depois de muito debate e negociação.

Entre outras deliberações, foi decidido apresentar uma primeira versão da contribuição ao programa de governo/2002, durante o Encontro Nacional do PT, em Recife, quando Senra tomará posse.

Mulheres

Com críticas à estrutura do evento, a reeleita secretária nacional de Mulheres do PT, Conceição Nascimento avalia positivamente o encontro conjunto de setoriais.

Entre outras questões, as delegadas presentes ao encontro discutiram políticas públicas nas administrações petistas e os dez anos da instituição da política de cotas, que para Conceição "ainda hoje é vista como um problema para o partido" e não uma forma de incluir as militantes em cargos de direção.

Para a secretária, os setoriais de mulheres têm crescido nos Estados. "Este ano foram 17 setoriais, 15 com quórum. Para o encontro anterior conseguimos realizar apenas sete com quórum".

As mulheres também discutiram a inserção de suas propostas no programa de governo. "Queremos que o programa, em todos seus itens, tenha políticas para as

mulheres e não ficarmos "guetizadas" no programa". Entre as críticas de Conceição também está a falta de "reconhecimento maior por parte dos parlamentares e dirigentes dos setoriais como um todo".

Combate ao racismo

O mineiro Martvs Chagas (de origem grega, o nome pronuncia-se Martius) está animado com a sua eleição como secretário nacional de Combate ao Racismo. Para o petista há uma necessidade enorme de consolidar no PT uma política de combate ao racismo.

Segundo ele, a importância do encontro está no fato de terem consolidado a proposta do setorial de combate ao racismo e de demonstrar que as disputas internas deste setorial são salutares. "Nós somos uma força viva que terá continuidade no interior do partido", contou.

"Vamos intensificar as propostas do movimento negro dentro do PT, não só com a elaboração do programa de governo, mas também com políticas públicas para além das eleições, seja em âmbito nacional, dos governos estaduais ou das prefeituras", disse Martvs, que acredita ser o grande desafio da

(Continua na página 3)

RECADADO

Começou a campanha de 2002



Como era esperado, começou a campanha de 2002, e começou mal. A mesma manipulação de declarações do Lula e a velha cantilena de que o PT, ora vejam só, é igual aos outros partidos. Alguns setores políticos e empresariais começam a ficar nervosos, em estado de quase histeria, porque o Lula não cai nas pesquisas e nem o PT. Voltam com a também velha ladainha de que devemos dar garantias de que não vamos mudar nada e que aceitamos que eles continuem a governar, mesmo perdendo as eleições. Daí as propostas sobre lei de responsabilidade monetária do Malan e o tão falado "Banco Central

independente", que não precisamos nos quase dez anos de FHC, mas que, agora, é uma urgência. É a chamada blindagem institucional neoliberal. E isso num mundo que prova que este modelo não tem sobrevida e que é preciso coragem para mudá-lo.

A grande mídia se assanha, alguns comentaristas estão em estado de graça e, por fim, "o PT é igual aos outros". O problema é que o eleitorado e a cidadania não acreditam, conhecem e convivem com o PT, vivem em cidades e Estados governados pelo PT, sabem que somos diferentes.

Enquanto isso, o PSDB se divide, entra em crise, o PMDB não sabe o que fazer e o PFL, novamente de forma profissional, ocupa o espaço deixado pela ausência de uma candidatura oficial. FHC espera, quem sabe surge a tese de um terceiro mandato ou do parlamentarismo, nunca se sabe, pode acontecer, talvez uma crise internacional que justifique, no mínimo, demonizar o PT e a esquerda.

A viagem internacional do Presidente deve ser lida

como um apoio explícito dos grandes do mundo à continuidade de seu governo e ao atual modelo econômico e, disso, não devemos ter nenhuma dúvida. Acontece que não é esta a opinião do povo brasileiro. Afirma a chamada agenda PT.

Toda a carga nas investidas para provar, agora que temos propostas, que elas são inconsistentes e totalmente irresponsáveis e, principalmente, para atacar nosso patrimônio ético. Além, é evidente, de mostrar, mais uma vez, que Lula é um despreparado. É honesto, conhece o Brasil, tem um grande partido, tem apoio da sociedade, mas é despreparado. Trata-se de preconceito que a elite sonha que prevaleça novamente.

E nós, o que devemos fazer? Primeiro não deixar nada sem resposta, segundo manter o partido informado, terceiro não ser conivente com nenhuma irregularidade, ilegalidade e, por fim, continuar com nossa agenda, nossas lutas, nossos governos e nosso cronograma para 2002.

A defesa de nossos governos, como no caso do Rio Grande do Sul, do Acre e

do Mato Grosso do Sul, tem que vir acompanhada de um controle público e político sobre suas gestões e uma direção política coletiva de suas ações políticas e administrativas. Só assim haverá unidade para enfrentar nossos adversários.

O objetivo deles é claro, e isto fica evidente quando noticiam falsas denúncias ou apresentam de forma totalmente diferente decisões de governo, como no caso do Acre e do Mato Grosso do Sul, para, junto com a questão do Rio Grande do Sul, "provar" que o PT é igual aos outros.

O desafio do partido é manter sua militância informada, disputar a opinião pública, não ser tolerante com nenhuma irregularidade e ilegalidade, não temer investigações, mas, ao contrário, nós é que somos os principais interessados.

Vamos realizar nossos encontros estaduais e o nacional, continuar governando e organizando nossos palanques e a campanha de 2002.

José Dirceu

é presidente nacional do PT e deputado federal

Vereadora petista cassada tenta reassumir o mandato

A vereadora petista Zélia Couri da Câmara Municipal de Muriaé, na Zona da Mata Mineira, foi cassada por quebra de decoro parlamentar por criticar outros vereadores numa entrevista pela rádio local. Os parlamentares, que engordavam seus caixas de campanha com salários de funcionários fantasmas em seus gabinetes, não gostaram das críticas e, por 13 votos a favor e três contrários, cassaram o mandato da petista, que está na terceira legislatura e foi a mais votada da cidade no ano passado.

"A indignação é geral na

cidade e temos de reagir à altura", disse Zélia, que está amparada por decisão da juíza local, que reintegrou a petista ao mandato até que termine o processo na Justiça. Por causa dessa decisão, Zélia considera sua cassação irregular e voltou à sessão da Câmara.

"As cartas já estavam marcadas e eles queriam beber o meu sangue. Temos que exterminar esses vereadores e cassá-los nas urnas, na próxima eleição", afirmou Zélia, que se for impedida de exercer seu mandato vai registrar um boletim de ocorrência na delegacia e encaminhar

à Justiça.

O PT de Muriaé realizou no dia 5 de novembro uma manifestação em protesto contra a cassação de Zélia. O ato ocorreu na praça da Prefeitura, próximo da Câmara Municipal. Entre os adversários da vereadora petista está o presidente da Câmara Municipal, vereador Telmo Braga (PPB), um dos condenados a devolver o dinheiro. Ele e outros vereadores contratavam parentes e amigos, que devolviam o dinheiro para os parlamentares. Era uma forma de aumentar a receita dos gabinetes às custas de funcionários-fantasmas e que

foi denunciada por Zélia.

"Para se ter uma idéia da truculência dos meus adversários, o próprio presidente da Câmara me agrediu fisicamente e depois foi condenado a pagar uma multa pelo Juizado de Pequenas Causas", disse Zélia, que recebe apoio da população local. O PT da cidade também soltou um boletim para explicar as irregularidades cometidas pela Câmara.

Manifestações de solidariedade à vereadora petista e em protesto contra sua cassação podem ser enviadas ao e-mail interpromo@terra.com.br.

Parlamentar de Santos sofre atentado

No dia 5 de novembro, o carro do vereador petista de Santos (SP), Fausto Figueira, foi atingido por quatro tiros no estacionamento da Câmara Municipal. Há dois meses o vereador vem sendo ameaçado de morte, devido a denúncias feitas por ele relacionadas a notas frias emitidas pela Secretaria de

Cultura para a contratação de shows e artistas, em torno de R\$ 100 mil. Até agora foram quatro cartas, duas delas divulgadas pela imprensa e outras mantidas sob sigilo, enquanto o petista continua sob segurança de dois policiais.

Há cerca de 15 dias, o motorista do vereador que

tentava estacionar o carro na rua Riachuelo, próximo ao cais, foi rendido por um suposto vendedor de cartões de estacionamento. O motorista foi seqüestrado e passou duas horas rodando pela cidade com os criminosos. O carro foi encontrado no dia seguinte. Após este incidente, um

bilhete que estava no pábrisa do carro falava da vulnerabilidade do vereador demonstrada pelo seqüestro. Duas Comissões de Inquérito foram instaladas por obrigação liminar impetrada na Justiça. O vereador considera burocrático o trabalho das sindicâncias.

INTERNACIONAL

As eleições na Argentina

Em primeiro lugar é importante esclarecer que heranças históricas muito diferentes comprometem exercícios comparativos que parecem ter objetivos oportunistas.

A clara derrota do governo De la Rúa nas eleições de 14 de outubro tem explicações fundadas não somente na continuidade das políticas do governo Menem mas no aprofundamento dessas políticas. A escandalosa decisão de convidar Cavallo para assumir o Ministério da Economia foi a demonstração da vontade política do presidente e seus aliados de trair o mandato da *Alianza*.

A sociedade deu o troco nessas eleições que renovaram metade de Câmara de Deputados e todo o Senado.

O primeiro lugar foi dos votos nulos, brancos e das abstenções que em determinados distritos, como a cidade de Buenos Aires e a província de Santa Fé, alcançaram 40%. Qual é o significado destes números? Por um lado, a frustração com o governo da *Alianza* pelas razões apontadas acima. Até os próprios candidatos das listas "oficiais" fizeram uma campanha de oposição ao governo. Outro grande derrotado foi o ministro da Economia, Domingo Cavallo, cujo partido Unión por la República fez a pior votação da sua história.

Por outro lado, as novas articulações políticas que surgiram a partir das deserções da base governista, como o ARI (Alternativa para uma República de Iguais) e o Polo Social, não tiveram tempo de afirmar suas identidades perante uma população perplexa e submetida ao aprofundamento da crise econômica e suas perversas conseqüências. Mesmo assim, o ARI conseguiu montar listas próprias na maioria dos distritos eleitorais e eleger 17 deputados federais e um senador.

Importante destaque merece a eleição da Esquerda Unida e outros pequenos partidos que somaram aproximadamente 25% dos votos do Distrito Federal.

O grande vencedor dessa eleição, no plano nacional, é o Partido Justicialista, que ficou em primeiro lugar em quase todas as províncias e terá a primeira minoria na Câmara dos Deputados e a maioria no Senado. Essa

vitória, no entanto, não garante o caminho para as eleições presidenciais de 2003, porque esse partido está dividido entre as lideranças de Menem, que continua preso; do ex-governador da Província de Buenos Aires, Eduardo Duhalde (eleito senador) e dos atuais governadores de Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé. Deve-se ressaltar que, apesar da década menemista, o voto nesse partido carrega um componente de oposição sistêmica porque ainda evoca, na memória coletiva, o período histórico no qual o povo argentino teve a mais ampla vivência de incorporação de direitos econômicos e sociais.

Uma pesquisa, do Instituto de Graciela Rómer e Associados (um dos mais sérios do país), realizada duas semanas depois das eleições para avaliar se a rebelião cívica significava um enfraquecimento do sistema democrático demonstra que 70% dos eleitores se manifestaram insatisfeitos com as instituições políticas e seus dirigentes, mas 90% dos entrevistados acreditam que a democracia é o melhor sistema. A maioria defende que o Congresso assumia um papel central em caso de anarquia social, já que ninguém sabe dizer o que acontecerá se o governo de De la Rúa não mudar a política econômica e manter Cavallo como ministro. Esse é o ponto central da vontade popular: 63% entendem que deve ser mudado o rumo econômico e 85% consideram que o Estado deve assumir um papel ativo na distribuição equitativa da riqueza.

Essas posições da sociedade colocam claramente as tarefas das forças políticas progressistas que, juntamente com os movimentos sociais, devem cobrar do governo grandes mudanças, a começar pela saída negociada do regime de conversibilidade cambial e a reprogramação da dívida externa. Esses constituem os primeiros passos do projeto de reconstrução nacional, no qual estão empenhados os que buscam a confluência de interesses com os que contundente, ainda que dispersamente, votaram contra o governo De la Rúa.

Ana Maria Stuart

é assessora da Secretaria de Relações Internacionais do Diretório Nacional do PT

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Fernanda Estima - MTb 25075

REDAÇÃO
Rosana Ramos, Fernanda Estima, Walter Venturini e Claudio Cezar Xavier

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO
Ana Troccoli

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

SEDE
Rua Silveira Martins, 132,
São Paulo, SP, CEP 01019-000
Tel.: (011) 3243-1313
Fax: (011) 3243-1349
E-mail: ptnot@pt.org.br
Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 8.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Artpress

PT NOTÍCIAS **CUPOM DE ASSINATURA**

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) Cobrança bancária.

4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Nome _____
Endereço _____

Profissão _____ Tel. _____
CEP _____ Cidade _____ Estado _____

CPF _____

Sexo: Masculino Feminino
Filiado ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana
CEP 04117-091 - São Paulo - SP
Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

CONTINUAÇÃO CAPA

conjuntura seduzir as pessoas para que não caiam nas armadilhas do neoliberalismo e consolidar as propostas do PT com a eleição de Lula.

Sindical

Marcelo Sereno também foi reeleito secretário nacional Sindical do partido e avaliou o encontro como sendo "muito bom", em todos os sentidos. "Fizemos uma reunião unitária e conseguimos aprovar algumas resoluções, como a de criar um conselho nacional, mais amplo que o coletivo eleito, pois contará com a participação de representantes escolhidos nos Estados".

No dia 4 de dezembro está prevista a realização da primeira reunião deste conselho. Foi constituído um fórum para discutir a relação do partido com sindicatos e administrações. Neste primeiro momento as discussões serão com as prefeituras de São Paulo, Belo Horizonte e Araraquara, além dos governos do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Sereno também relata que foi aprovado um plano de ação com questões como o apoio à greve dos servidores federais, a luta contra a flexibilização dos direitos trabalhistas e campanha pela redução da jornada sem redução de salário. Neste sentido, será apresentada à CUT, partidos de oposição e à Executiva Nacional do PT, a proposta de realizar, no dia 13 de novembro, em várias capitais, ato contra a flexibilização dos direitos.

Os sindicalistas também esperam criar o comitê para as eleições do ano que vem, além de discutir a formulação do programa de governo, com ênfase nos debates sobre sistema público de emprego e sistema democrático para o trabalho.

Agrária

A Secretaria Agrária Nacional do PT não pôde realizar o Encontro Setorial Agrário Nacional, já que não

alcançou o quórum necessário. Foram realizados encontros setoriais em diversos Estados, mas apenas quatro deles conseguiram alcançar o quórum mínimo de cinquenta filiados. Muitos Estados também tiveram dificuldades para entregar as listas de participantes na data prevista pelo regimento do PED, o que impossibilitou a realização dos encontros mesmo com a previsão de quórum. Na maioria destes casos os responsáveis pela realização do setorial, por residirem em locais muito distantes dos diretórios petistas, não receberam as informações sobre os prazos à tempo.

Por isso, a SAN deverá realizar uma plenária entre os dias 20 e 22 de novembro, na sede nacional do PT, sem poder deliberativo quanto ao secretário nacional ou o coletivo, mas que deverá discutir e dar encaminhamentos sobre planejamento, programa de governo e outros assuntos pertinentes.

Esta plenária não foi realizada no mesmo dia em que os encontros setoriais nacionais devido a uma avaliação geral de que seria de suma importância realizar este trabalho somente se ele fosse representativo o que não poderia acontecer no momento, já que alguns Estados teriam dificuldade em estar presentes.

Juventude

Eleito secretário nacional de juventude do PT, em segundo turno, Rodrigo Abel disse que "vencemos um grande e difícil desafio, só o primeiro. Dados os primeiros passos, estamos mais perto de organizar, como merece a juventude brasileira, uma grande organização de massas chamada Juventude Petista".

Para Abel "foi, sem dúvida, uma vitória de toda a juventude petista, mas, apesar disso, enfrentamos muitos problemas. Um deles foi a nossa dificuldade em organizar um encontro, que foi o maior dentre todos os encontros setoriais, com 154 delegados tirados em 18 Estados".



Fotos: Maurício Morais

Secretários/as nacionais e Coordenações eleitas

Combate ao Racismo:
Martvs das Chagas (MG).
130 pessoas participaram entre delegados, observadores e convidados.

Meio Ambiente e Desenvolvimento:
João Bosco Senra (MG).
40 participantes entre delegados, observadores e convidados.

Juventude:
Rodrigo Abel (RS).
Participaram cerca de 240 pessoas entre delegados, observadores e convidados.

Mulheres:
Conceição Nascimento (RJ).
Participaram cerca de 150 pessoas entre delegados, observadores e convidados.

Sindical:
Marcelo Sereno (RJ).
Participaram cerca de 86 pessoas entre delegados, observadores e convidados.

Setoriais da Secretaria Nacional de Movimentos Populares:
- realizaram Encontros: Educação, Saúde, Esporte e Lazer e Petistas Portadores de Deficiência.
- realizaram Plenárias Nacionais: Transportes, Gays e Lésbicas e Comunicação Comunitária.
- 190 pessoas entre delegados, observadores e convidados.

Setorial de Saúde:
Coordenação Nacional:
Anadil B. Runhau - MG
Fausto Pereira dos Santos - MG
Mária Luiza Jaeger - RS
Lígia Mendonça - PR
Angela Guadagnin - SP
Jocélio Henrique Drummond - SP
Eurico Fernandes - SP
Ionaldo Fernandes de Oliveira - DF
- os Estados do RS, GO e PE ainda vão indicar membros para compor a coordenação
Coordenação Colegiada

Executiva:
Mária Luiza Jaeger - RS
Angela Guadagnin - SP

Lígia Mendonça - PR

Suplentes:
Conceição Aparecida P. Resende - MG
José Erivaldy G. de Oliveira - SP
- ainda vão ser indicados mais dois(2) suplentes

Setorial de Educação(CAEDI):

Coordenação Executiva:
Valter Luiz Amaral da Silva - RS
Mary Sylvia Miguel Falcão - MS
Lígia Regina Klein - PR
Hélcio de Mattos - PE
Carlos Augusto Abicalil - MT
I-Juca Pirama Camargo Gil - SP
- companheiro/a a ser indicado pelo estado do PA
- o setorial de educação elegeu a coordenação nacional executiva, e a coordenação ampliada será composta por 1 representante de cada estado.

Suplentes:
Ivanna Sant Ana Torres - DF
Mária Aparecida da Silva - MG
João Paulo Filomena Diehl - RS

Setorial de Esporte e Lazer:

Coordenação Nacional:
Ribamar Pereira Filho - RJ
Luiz Fernando Camargo Veronez - RS
Fátima de Souza Moreira - PA
Roberto Liao Jr. - DF
Rodrigo Terra - MS
Roberto Casseb - SP
Mária Heloísa Forjaz - SP
João Paulo - SP
Elienal Alves de Freitas - SP
Jamerson Antônio de Almeida da Silva - PE

Suplentes:
Cláudia R. Bonalume - RS
Aridelson de Almeida - DF
Cláudia Irene Cunha - RJ
Arlete Caputo - SP

Setorial de Petistas Portadores de Deficiência(PPDs):

Coordenador geral
Eduardo Alves Veludo (Xuxu) - SP

Coordenação Nacional
Eduardo Alves Veludo - SP
Olga Maria Tavares de Souza - RJ

Ronaldo Diana - MG
Lana S. Silva - RS
Francisca das Chagas Félix de Souza - CE

Setoriais que realizaram Plenárias Nacionais:

Setorial de Transportes:

Coordenador geral :
Roberto Moreira - SP

Coordenação Nacional Provisória:
Afonso Carneiro Filho - MG
Edson Gonçalves - SP
Francisco Maciel - MG
José de Fátima - MG
Juarez Bispo - SP
Marcos Bicalho - SP
Nazareno Afonso - DF
Raul Rocha Passos - SP
Renato Boareto - SP
Roberto Moreira - SP
Romulo Orrico Filho - RJ
Unaldo Santos - SP

Setorial de Gays e Lésbicas:
Coordenação Nacional provisória
José Manoel dos Santos - MG

Mirian Weber - RS
Paulo Tavares Mariante - SP
Beto Oliveira Silva - SP
Virgínia Maria Figueiredo - RJ
Leandro Pires Bortoli - RS
Leila R. Lopes - RS
Mária Lúcia de Castro - SP
Marcelo Dierchxs - RS
Luiz Cláudio Arangati Pereira - RJ
Jorge Luiz de Souza - RJ

Setorial de Comunicação Comunitária:

Coordenação Nacional Provisória:
Domingos R. de Freitas - RS
George Abner* - MG
Silda Dias Lorena* - GO
Antônio C. de Moura* - SP
Sebastião Santos* - RJ
Ricardo Campolim - SP
Paulo de Tarso Ricordi - RS
Ivânia Ermel - RS
França Andrade - MG
José Guilherme - MG
* por não estarem presentes durante as deliberações da Plenária, serão consultados quanto a permanecerem na coordenação

NACIONAL

Governo do Acre diz que denúncias visam volta do esquadrão da morte ao poder

O Governo do Acre divulgou nota oficial na qual contesta as denúncias do deputado estadual João Correia (PMDB) sobre o caso da fita com conversa telefônica entre o empresário Antônio Santana de Souza e o ex-presidente da Comissão Permanente de Licitação (Cepel) do Estado, José Fernandes de Lima, o “Dudé”. A nota é assinada pelo jornalista Aníbal Diniz, porta-voz do governador Jorge Viana, e diz que, “sobre o conteúdo da fita”, o Governo do Estado tem a esclarecer que não há nada de irregular.

O assessor diz que as denúncias do deputado João Correia fazem parte de uma ação coordenada do MDA (Movimento Democrático do Acre), que congrega o PPB, o PMDB e o PFL, visando enfraquecer o Governo do Estado – atualmente administrado pelo PT e uma coligação de mais 11 Partidos – e outras instituições, como a Justiça Federal, para tentar obter a liberdade do ex-deputado federal Hildebrando Pascoal e seu bando. “É isso que quer o parlamentar do MDA: a volta do esquadrão da morte, da corrupção, a impunidade e o crime organizado que perduraram no Acre enquanto eles, João Correia e a turma do MDA estavam no poder em nosso Estado”, diz a nota.

Ainda de acordo com a nota, “conversas importantes por telefone são rotineiras em qualquer governo, e pessoas descontentes porque tiveram interesses contrariados também existem”, diz a nota. “Crime seria se a fita revelasse que algum ordenador de despesa do governo teria favorecido algum empresário em troca de algum favor pessoal, como era a prática na época em que os partidos do MDA do deputado João Correia estavam no poder”, acrescenta.

De acordo com Aníbal Diniz, “o único crime existente a história foi praticado pelo deputado João Correia, que se apropriou criminosamente de informações que estavam sob segredo de justiça e as divulgou”. Segundo ele, o diálogo contido na conversa gravada não revela qualquer ato ilícito praticado por algum integrante da equipe de Governo. “Mesmo a referência feita pelo empresário, de que havia colaborado com a campanha da Frente Popular nas últimas eleições não tem nada de comprometedor, uma vez que suas ajudas em combustíveis estão devidamente declaradas na prestação de contas da campanha apresentada pelo PT e aprovada junto ao Tribunal Regional Eleitoral”.

A denúncia envolvendo o governo do Acre, segundo historia o assessor, começou quando o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, sob determinação da Justiça, realizavam investigação sobre a denúncia de que havia sido “cartelizada” a distribuição de combustível no Acre. As conversas do empresário estavam sendo monitoradas através de “grampo” telefônico, autorizado pela Justiça Federal. Numa dessas conversas, ele fala com José Fernandes de Lima. Antônio Santana faz cobranças, reclama da lentidão em que os pagamentos são feitos e lamenta ter perdido uma licitação que pensava estar ganha por sua empresa. O grampo telefônico foi feito em dezembro de 2000 e o teor da fita só foi revelado na semana passada, quando o deputado João Correia apresentou a gravação como indício de corrupção no Governo do PT.

Sem entrar no mérito do teor da gravação apresentada por João Correia, o juiz federal Pedro Francisco da Silva, que havia dado a autorização para o grampo telefônico, questionou o deputado, apontando-o como criminoso por ter tornado público parte de um processo que tramitava em segredo de Justiça. “Ou a Assembléia

Legislativa toma providências em relação ao deputado, ou o Legislativo do Acre será considerado uma casa de licenciabilidade”, disse o magistrado, ao sugerir a cassação de Correia.

Os pedidos de cassação e de processo criminal foram apresentados pelo procurador da República no Acre, Marcus Vinicius de Aguiar Macedo, apontado pelo líder do Governo na Assembléia, deputado Edvaldo Magalhães (PC do B), como autor do “vazamento” da fita e das informações do processo para o deputado João Correia. O procurador não quer falar sobre o assunto. Ao saber que estava sendo ameaçado de cassação por falta de decoro parlamentar, o deputado partiu para o ataque contra o juiz federal. “Impetrada as representações, João Correia partiu para uma ação desesperada na tentativa de desmoralizar o juiz federal Pedro Francisco da Silva, expondo-o publicamente como se atuasse sob as ordens do Governo do Estado”, diz a nota oficial do governo do Acre “Essas acusações não procedem porque Pedro Francisco é um magistrado correto, justo e corajoso na defesa do que é correto. Foi ele quem sentenciou os criminosos do chamado esquadrão da morte que atuavam no Acre até

três anos atrás”, acrescenta. “Flávio Nogueira”

A nota também lembra que o juiz Pedro Francisco faz parte do grupo de magistrados que sentenciou os envolvidos no escândalo da conta “Flávio Nogueira”, uma operação bancária irregular nos mesmos moldes do caso “Banpará”, que derrubou o ex-senador Jader Barbalho, no Pará. A conta “Flávio Nogueira” envolve o atual prefeito de Rio Branco, Flaviano Melo (PMDB), governador do Estado no período de 87 a 91, quando mais de R\$ 40 milhões teriam sido roubados dos cofres públicos. Em agosto deste ano, 13 pessoas, entre amigos e ex-assessores de Flaviano Melo, inclusive seu atual secretário municipal de finanças – Raimundo Menezes de Araújo, foram condenadas a penas que, juntas, somam mais de 130 anos de cadeia. Na mesma sentença, a Justiça Federal pede que o MPF instaure inquérito contra Flaviano Melo por indícios de que ele não só participou da fraude como foi um dos principais beneficiários.

Flaviano Melo nunca foi investigado no caso porque, na época em que o escândalo foi descoberto, em 1991, ele já era senador da República e gozava de imunidade parlamentar. Declarações do lobista Carlos Celso de Melo

Braga, primo de Flaviano Melo e assessor da campanha que o levou ao Governo, em 1986, dão conta de que Flaviano Melo foi o mentor da fraude. O primo do prefeito vive no Rio de Janeiro e deu as declarações ao jornal semanário “O Estado”, de Rio Branco, em abril deste ano. A reportagem foi o suficiente para que a Assembléia Legislativa do Acre constituísse uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar o escândalo. A CPI não foi adiante porque o prefeito impetrou mandado de segurança no Tribunal de Justiça pedindo para não ser investigado. O mandado de segurança foi atendido através de liminar concedida pelo desembargador Ciro Facundo de Almeida.

“Parece irônico que aqueles que recorrem à Justiça para não ser investigados, que revelam não resistirem à menor investigação, se apresentem agora como paladinos da honestidade, fazendo denúncias contra um Governo cuja única meta é tirar o Acre da ilegalidade, das páginas policiais da imprensa brasileira”, disse Aníbal Diniz.

(Matéria produzida pelo jornalista Tião Maia)

Orçamento 2002: ficção e realidade

Importante ressaltar que, por pressão do PT e da oposição, os líderes do Congresso estão negociando a ampliação das despesas de pessoal no Orçamento

O orçamento público é o espelho das prioridades e da concepção política do governo que está à frente da administração pública. Neste sentido o Orçamento Geral da União (OGU) é reflexo da concepção neoliberal e monetarista que orienta o governo FHC.

O Governo federal elaborou o Orçamento para 2002 utilizando parâmetros macro-econômicos muito otimistas face ao quadro de recessão econômica em função da crise energética e da vulnerabilidade da economia brasileira às flutuações das economias argentina e mundial. O cenário previsto pelo governo considera a inflação medida pelo IGP-DI em 5,4% (o mercado, em média, estima em mais de 6% para o ano que vem), um crescimento do PIB de 3,5% (a estimativa geral é de 2,5%) e uma taxa de câmbio em dezembro de 2002 de R\$ 2,40.

Vale comentar que o Congresso Nacional, ao acompanhar a evolução da

receita que está sendo realizada este ano, obteve uma base de valores maior do que a estimativa do governo (Lei Orçamentária de 2001). Portanto, conclui-se que o orçamento está fundamentado em premissas inconsistentes, o que está levando o Congresso a refazer as estimativas.

No tocante às receitas, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que os impostos previstos, tanto nas leis como na Constituição, têm que ser implementados. Embora a emenda constitucional que criou o Fundo de Combate à Pobreza tenha criado o Imposto sobre Grandes Fortunas e o IPI sobre Supérfluos, estes, até agora, não foram regulamentados, por absoluto desinteresse do governo FHC. Neste caso, além do aspecto legal, há a questão da justiça tributária, já que são impostos que incidem sobre as parcelas mais ricas da sociedade.

No entanto o papel que mais identifica a concepção antipopular do governo FHC é o chamado superávit primário. Trata-se de uma enorme parcela da arrecadação, reservada para abater parte da dívida pública federal que cresce como uma bola de neve face às taxas de juros elevadíssimas e à parcela de juros da dívida atrelada ao



Foto: Jorge Mianano

câmbio, que não pára de subir.

De 1999 a 2001, o setor público já acumula um superávit de R\$ 109,45 bilhões. São recursos que alimentam a ciranda financeira e faltam para os investimentos sociais e infraestrutura. Para 2001, o superávit primário previsto somente para o governo federal é de 37,7 bilhões, muito maior do que todos os gastos do Ministério da Saúde (R\$ 27,6 bilhões).

Para alcançar este alto valor de superávit, o governo tem que sair cortando despesas das áreas sociais e dos investimentos públicos.

Os investimentos da União autorizados em 2001 são da ordem de R\$ 18,8 bilhões e os previstos para 2002 foram reduzidos para R\$ 11 bilhões.

É importante também destacar o baixo nível da execução orçamentária em 2001: os investimentos pagos até 11 de outubro deste ano equivalem a apenas 13,82% do valor autorizado. Trocando em miúdos, este é um país que planeja um superávit visando o não crescimento da dívida pública e contra os investimentos públicos necessários para o desenvolvimento do país.

Nem por isso a dívida pública pára de crescer. Pelo

malfadado acordo com o FMI a relação entre o valor da dívida pública e o PIB deveria ser de 50%, no máximo. No entanto, apesar dos mega superávites, a relação entre a dívida e o PIB, que era de 49,4% em dezembro de 2000, já alcança o patamar de 54%.

Bem, como já revelamos, as despesas de investimentos mostram que houve uma substancial redução, principalmente, em algumas funções: na área de urbanismo a redução foi de 94,1%; na habitação popular, de 80,7%; e de 80% na área de saneamento básico. Em princípio, são programas que serão muito visados pelos deputados e senadores nas emendas individuais e coletivas.

Nos embates para modificar o Orçamento 2002, o PT e os demais partidos de oposição têm defendido um aumento maior para o salário mínimo (o previsto é de R\$ 189,00 mas queremos R\$ 220,00), o aumento na correção do reajuste dos servidores (o governo deu 3,5% e nós reivindicamos pelo menos o triplo) e o cumprimento dos recursos mínimos para a saúde (emenda constitucional número 29).

O único ponto que conseguimos aprovar, até o momento, no relatório preliminar do Orçamento

2002, é o que obriga o cumprimento da Lei do Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental). Pode ser inacreditável, mas até hoje nenhum orçamento cumpriu esta lei. E é um absurdo termos que gastar energias em discussões e brigas para aprovar um artigo no relatório do Orçamento exigindo o cumprimento de uma lei em vigência.

Importante ressaltar que, por pressão do PT e da oposição, os líderes do Congresso estão negociando a ampliação das despesas de pessoal no Orçamento do próximo ano para o Ministério da Educação e da Previdência, a fim de resolver as demandas das negociações com os grevistas federais (docentes e funcionários das instituições federais e servidores da Previdência).

Acima de tudo, estamos tentando tornar o Orçamento – que virou peça de ficção – em um instrumento que tenha um papel importante no que se refere às demandas sociais e investimentos públicos para o desenvolvimento do país e melhoria de qualidade de vida da população brasileira. Uma tarefa árdua, mas o PT não vai desistir.

Jorge Bittar,
é deputado federal (PT-RJ)

PROJETO

Alimentação segura é o princípio do “Fome Zero”



Lançamento em Brasília reúne lideranças para discutir combate à fome

Alimentação segura é um direito básico da população que deve ser garantido pelo Estado, com a participação da sociedade. Este é o princípio básico do Projeto Fome Zero que o Instituto Cidadania lançou no dia 16 de outubro em Brasília.

O projeto enfoca a segurança alimentar e o combate à fome e políticas públicas associadas a um novo modelo de desenvolvimento econômico, cujo objetivo deve ser a crescente equidade e

inclusão social. “O problema da fome não deve ser tratado como temporário nem setorial”, afirma Lula. Segundo ele, o Fome Zero propõe a criação de um órgão subordinado diretamente à Presidência da República para tratar do assunto.

Recursos

Para implantar as políticas sugeridas pelo programa será necessário um orçamento federal próprio, incluído na

rubrica “gastos sociais”, que atualmente tem recebido dotação da ordem de R\$ 45 bilhões anuais. O programa deverá contar também com verbas do Fundo de Combate à Pobreza, recursos estaduais e municipais, além de doações da iniciativa privada.

A principal inovação do Fome Zero é a distribuição de cupons para a aquisição de alimentos, o que custará em média R\$ 10 bilhões por ano. A distribuição dos cupons, segundo o programa, seria feita rapidamente, e os

beneficiários seriam os cadastrados em programas municipais e estaduais de assistência social. Para receber os cupons, as famílias teriam de comprovar que os filhos estudam e que os pais participam de atividades de qualificação profissional.

Programa tem políticas estruturais

O programa de segurança alimentar para combater a fome no Brasil, o Fome Zero, foi elaborado com a

colaboração de pesquisadores de diversas instituições e entidades da sociedade civil. As políticas públicas para implantação do projeto foram divididas em três grupos: estruturais, específicas e locais. Veja no quadro as principais propostas de cada grupo.

Entre os colaboradores do Fome Zero estão o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Embrapa (Empresa

Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O programa contou ainda com o apoio da CUT, Instituto Polis, Ibase, Asbran (Associação Brasileira de Nutrição), Deser (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais), prefeituras e governos estaduais.

Políticas específicas

★ distribuição de cupons para a aquisição de alimentos, semelhante a programas de “food stamp” implantados no México e nos EUA

★ distribuição de cesta básica apenas em casos de emergência como nas calamidades públicas ou em regiões com deficiência de abastecimento

★ combate à desnutrição materno-infantil a partir da rede de saúde, com a meta de atender 1,3 milhão de crianças e 1,2 milhão de mães

★ ampliação da merenda escolar, reforçando a oferta de alimentos para suprir as necessidades calóricas do estudante e estendendo a merenda aos irmãos mais novos das crianças

★ campanhas de educação alimentar

★ vigilância na qualidade dos alimentos, com restrições aos transgênicos até que sua segurança seja comprovada

★ ampliação do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), com incentivo e benefícios fiscais para as microempresas, com meta de atender 15,7 milhões de trabalhadores

★ estoques públicos de segurança regionalizados para evitar a importação de produtos básicos

★ políticas estruturais

★ aumento do salário mínimo até o patamar de o equivalente a US\$ 100

★ frentes de trabalho em regiões com desemprego sazonal

★ qualificação e assistência para trabalhadores jovens ou com mais de 40 anos, onde está localizado o maior índice de desemprego

★ crédito popular, cooperativas de crédito solidário e banco do povo

★ recuperação e incremento do ensino público



★ reforma agrária com meta de atender 1 milhão de famílias

★ universalização da previdência social para estender benefício de um salário mínimo para trabalhadores urbanos em regime de economia familiar informal

★ programa de bolsa-escola com meta de atender 3,3 milhões de crianças que atualmente estão fora da escola

★ incentivo à agricultura familiar com assistência técnica, crédito e apoio à comercialização

★ políticas locais

(Prefeituras e sociedade civil)

★ banco de alimentos que receberá doações de produtores e comerciantes

★ parcerias com redes de supermercados para comercialização de produtos da agroindústria familiar

★ incentivos à agricultura urbana de autoconsumo com hortas comunitárias

★ restaurantes populares

★ modernização dos equipamentos de abastecimento (incentivo a sacolões)

Revista *Veja* não dá direito de resposta a Lula

A assessoria de imprensa do líder petista Luiz Inácio Lula da Silva denuncia que há duas semanas espera espaço na revista *Veja* para contestar a reportagem “A conta está errada”, publicada na edição de 24 de outubro, na qual a revista procura desqualificar o trabalho da equipe do Instituto Cidadania, que elaborou o projeto Fome Zero, lançado em Brasília no dia 16 de outubro.

O matéria diz que, “como se sabe, uma das formas de não resolver um problema é superdimensioná-lo. Foi o que fizeram Lula e seus técnicos. Como o trabalho estimou a população faminta em 44 milhões de pessoas, o custo do ‘Fome Zero’ foi calculado em 20 bilhões de reais por ano – outro exagero”.

Estas informações são contestadas na carta-resposta, que não foi publicada pela *Veja*. O economista José Graziano da Silva, que coordenou o projeto Fome Zero, lamenta que o repórter tenha confundido as estimativas de indigentes – estes sim na faixa dos 10 a 20 milhões de pessoas – com a de pobres,

“o que no mínimo é uma forma de iludir o leitor”.

Ainda segundo o economista a matéria omite a última estimativa do número de pobres – e não de indigentes – dos técnicos do Ipea Paes de Barros, Henriques e Mendonça, de junho de 2001, que é de 53,1 milhões de pessoas, ou 34% das famílias brasileira, 9 milhões a mais que a estimativa do Fome Zero.

Para Graziano “essa estimativa está tão errada e tão certa quanto a nossa: o que explica são as diferenças metodológicas adotadas”. Ele cita que no site do Instituto de Economia da Unicamp (www.eco.unicamp.br) pode ser encontrado o texto “Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil”, no qual está detalhado as premissas adotadas e como foram obtidos os valores citados no Fome Zero.

Na carta Graziano pede ainda que a *Veja* indique onde podem ser encontrados os cálculos que levaram a revista a desqualificar as estimativas do projeto e considerá-las um “exagero”.

PARTIDO

88% dos municípios aptos ao PED elegeram seus diretórios

As eleições diretas movimentaram o PT no último dia 16 de setembro. Aproximadamente 230 mil filiados se mobilizaram para eleger 146 diretórios zonais, 2.503 diretórios municipais, 27 diretórios estaduais e o diretório nacional.

Junto com os diretórios foram eleitos os Conselhos Fiscais e as Comissões de Ética, bem como os presidentes do partido em cada nível. O resultado final aponta o seguinte quadro para os 2.843 municípios aptos:

ELEIÇÃO	Nº	%
3 níveis	2.485	87,4%
Nível municipal	18	0,6%
Níveis estadual e nacional	61	2,1%
Quórum não atingido	41	1,4%
Não realizada	222	7,8%
Anulada	12	0,4%
Sob-júdice	4	0,1%

Índice de participação

Compareceram às urnas do PT no dia 16 de setembro 227.461 filiados, incluídos aqui os eleitores dos municípios que não atingiram o quórum, as eleições anuladas e as que se realizaram somente em nível municipal.

O número de filiados aptos ao PED constantes das Listas de Votantes totalizava 867.290, já que englobava todos os filiados ao partido desde sua fundação. Esta foi

uma opção da Executiva Nacional, já que os filiados recadastrados não atingiam a marca de cem mil ao se aprovar o Regulamento do PED. Já se sabia, portanto, que este era um número superdimensionado. A participação média dos filiados em todo o Brasil foi, portanto, de 26,2%.

No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, que só estavam aptos a votar os filiados recadastrados, o



Foto: Maurício Moraes

16 de setembro: eleição direta do PT em todo o país

índice de participação dos filiados no PED foi de 68,6%.

Veja na coluna abaixo a participação em cada estado.

UF	FILIADOS	VOTANTES	%	UF	FILIADOS	VOTANTES	%
RJ	14.973	10.265	68,6%	SC	27.979	7.955	28,4%
RR	261	161	61,7%	RS	106.235	29.754	28,0%
MS	24.286	10.525	43,3%	MT	12.909	3.482	27,0%
PB	15.717	6.810	43,3%	PA	34.036	8.953	26,3%
AL	5.423	2.130	39,3%	ES	13.754	3.534	25,7%
TO	3.966	1.548	39,0%	BA	38.808	9.853	25,4%
PI	11.210	4.004	35,7%	DF	25.692	6.440	25,1%
SE	6.938	2.439	35,2%	PE	38.766	9.570	24,7%
MA	8.469	2.932	34,6%	PR	43.137	10.338	24,0%
AC	5.303	1.631	30,8%	MG	112.655	26.656	23,7%
CE	28.783	8.857	30,8%	GO	26.099	5.487	21,0%
RN	6.581	2.013	30,6%	SP	232.883	47.351	20,3%
AP	4.448	1.291	29,0%	RO	10.429	1.309	12,6%
AM	7.550	2.173	28,8%	TOT	867.290	227.461	26,2%

Somente 1,4% dos municípios não atingiu o quórum do PED

Dos 2.843 municípios aptos ao PED, somente 41 não atingiram o quórum de 15% sobre a Lista de Filiados aptos. Os municípios são os seguintes:

UF	Municípios	UF	Municípios
BA	Casa Nova, Feira de Santana, Lauro de Freitas, Paulo Afonso e Santo Amaro	PE	Caruaru, Escada, Itapissuma, Jaboatão e São Lourenço da Mata
CE	Beberibe e Maranguape	PI	Alto Longa e Currais
ES	Afonso Cláudio, Anchieta e Guarapari	RJ	Macaé e Vassouras
MA	Pindaré Mirim	RN	Almino Afonso e Luís Gomes
MG	Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Jequitinhonha, Juiz de Fora e Santa Fé de Minas	RO	Cabixi, Cacoal, Ji Paraná e Ouro Preto do Oeste
PA	Itaituba	RS	Gaurama
PB	Aroeiras	SC	Corupa e São Francisco do Sul
		SP	Barueri, Santos e Votuporanga
		TO	Praia Norte



Foto: Perizoni

Zonais

Quanto aos zonais, o percentual daqueles que não atingiram o quórum foi bem maior: dos 177 zonais aptos, 31 não atingiram o quórum, representando um percentual de 17,5%. Este resultado pode ser entendido se considerarmos que a maioria dos zonais está em processo inicial de organização, já que a obrigatoriedade de constituição de zonais nas capitais com mais de 500.000 eleitores foi instituída recentemente pelo novo Estatuto do PT. Veja abaixo a relação dos 31 zonais.

Cidades	Zonais
Manaus	zonal 4
Salvador	zonais 2, 3, 12, 14 e 17
Fortaleza	zonal 83
Belo Horizonte	Centro Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Oeste, Pampulha e Venda Nova
Belém	zonal 1
Rio de Janeiro	zonais 44, 47, 48 e 20/21
Porto Alegre	zonais 111 e 161
São Paulo	Butantã, Centro, Itaim Paulista, Jabaquara, Jaçanã, Jardim Paulista, Mooca, Perdizes, Tatuapé e Vila Mariana.

Na reunião da CEN de 29/10/2001, considera a importância estratégica destes municípios e zonais para o PT, foi autorizado aos DE's convocar antecipadamente eleições municipais e zonais para a composição de seus diretórios.



Em defesa do serviço público

A greve dos servidores públicos federais deve ser um motivo de reflexão para toda a população brasileira. A mobilização dos servidores mereceu, desde seu início, um tratamento inaceitável por parte do governo federal. A demora em estabelecer um canal de negociação sério e a intransigência no trato com as reivindicações dos trabalhadores do serviço público caracterizaram a ação do governo federal. A greve foi desencadeada de forma absolutamente justa, após muitas tentativas de negociação. Há sete anos sem aumento, os servidores públicos federais tiveram neste período sua condição de vida duramente afetada e sua dignidade atingida. É impossível apoiar uma política econômica que impõe um arrocho salarial brutal a uma categoria vital para o país. Os efeitos dessa política atingem diretamente a população: universidades fechadas, hospitais funcionando precariamente, postos da Previdência paralisados.

É preciso enfatizar que a greve dos servidores públicos federais é de interesse de toda a sociedade brasileira. O sucateamento do setor público vem se agravando ano após ano. Tomemos o exemplo das universidades públicas. Entre 1996 e 2000, as verbas federais para o ensino superior caíram de 9,2% para 4,2%. Enquanto isso, o percentual destinado ao pagamento de dívidas subiu de 24,9% para 55,1% no mesmo período. Essa queda de investimentos reflete-se diariamente na vida de cada cidadão brasileiro. O quadro é mais cruel na medida em que os mais afetados são justamente aqueles que possuem menos e que mais precisam de um serviço público de qualidade. Fica claro, portanto, que a mobilização dos

servidores públicos federais, além de defender os interesses de toda a sociedade, é uma demonstração de sua auto-estima e dignidade.

O caso das universidades federais é exemplar. Sem aumento salarial desde 1994 (sete anos, portanto), com gratificações móveis substituindo parte do salário e com direitos de aposentadoria ameaçados, cerca de 70 mil técnicos e 50 mil professores foram obrigados a lutar para garantir a dignidade de um trabalho estratégico para o país. Entre as reivindicações dos servidores, a recuperação da inflação de 1995 a 2000, que, segundo os índices do DIEESE, acarretaria um reajuste de 75,48%. Qual foi a resposta do governo federal? Ofereceu um reajuste de 3,5%! Entre os 3,5% oferecidos e os 75,48% reivindicados pelos servidores havia um enorme espaço de negociação. Foram precisos mais de dois meses de paralisação, com prejuízos para os servidores e para toda a sociedade, para que o governo começasse a negociar. É uma pena que o governo federal tenha demorado mais de sessenta dias para descobrir que havia cerca de R\$ 350 milhões no orçamento da União que poderiam ser destinados à recuperação salarial de uma categoria vital para o país.

O ensinamento que devemos tirar desta mobilização é que, se não lutarmos pela ampliação dos investimentos federais e pela defesa da dignidade dos servidores, assistiremos ao aprofundamento do sucateamento do setor público. E será a esmagadora maioria da população brasileira quem mais sofrerá com isso.

Henrique Fontana

é deputado federal do PT/RS

FÓRUM SOCIAL

O saber não é uma mercadoria

Os quatro dias do Fórum Mundial de Educação (de 24 a 27 de outubro) denunciaram políticas do Banco Mundial e da OMC

Devemos ser contra a mercantilização do saber, a transformação da educação, da cultura e da saúde em mercadorias negociáveis pelas regras do mercado? Para muitas pessoas e em muitos lugares, essa pergunta deve parecer completamente anacrônica. Certamente o adjetivo não se aplica ao que ocorreu em Porto Alegre, na noite do dia 24 de outubro de 2001. Cerca de 12 mil pessoas praticamente lotaram o Gigantinho em busca de razões e energia para combater um modelo educacional contaminado pelo discurso da eficácia, do lucro e da competitividade. Nos últimos anos, a capital gaúcha tem sido uma espécie de reservatório de conceitos caros à tradição da esquerda mundial, conceitos que caíram em desuso após a queda do famoso Muro de Berlim. Mas, principalmente a partir da primeira edição do Fórum Social Mundial, em 2001, Porto Alegre passou a ser uma das principais referências internacionais de um movimento que pretende derrubar outros muros. O Fórum Mundial de Educação (FME) é mais um passo nessa direção.

O coordenador do FME, o secretário municipal de Educação, Eliezer Pacheco, defendeu a necessidade de construir um modelo de educação popular, solidária e inclusiva, contra o modelo atual baseado sobretudo na competitividade e no desejo de lucro. Foi mais além e disse que, ser educador hoje em dia, implica ter uma firme posição contra o neoliberalismo.

O prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, traçou um paralelo entre dois modos de ver o mundo: "há aqueles que olham para o mundo e vêem nele apenas consumidores, sujeitos de compras e vendas, e não sujeitos humanos; há aqueles ainda que olham o mundo como um espaço de guerra; mas há aqueles que olham para o mundo e vêem nele sujeitos humanos, cheios de paixão, esperança, solidariedade, desejos de beleza e de verdade".

Os quatro dias do Fórum Mundial de Educação (de 24 a 27 de outubro) foram dedicados pelos anfitriões do evento a essas estranhas pessoas que insistem em cultivar palavras consideradas anacrônicas por aqueles que dão as cartas no mundo.

A educação como direito

A conferência de abertura do FME tratou do tema "A educação como direito". O



sociólogo luso-britânico Steve Stoer, professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na Universidade do Porto, apresentou uma minuciosa análise sobre o processo de transformação do sistema educacional português nas últimas décadas e sobre a crise da educação pública em geral. Segundo Stoer, a estratégia de desenvolvimento capitalista, no final do século 20, marcada pela passagem do modelo fordista de produção para o pós-fordista, teve sérias e profundas implicações para o sistema educacional. Uma delas é que a escola democrática – cuja origem remonta aos tempos da Revolução Francesa e aos ideais republicanos da liberdade, igualdade e fraternidade – vem sendo cada vez mais refreada pelo modelo hegemônico da escola meritocrática. Em outras palavras, a lógica do mercado está cada vez mais presente dentro das salas de aula e no ambiente que as circundam.

Stoer analisou a tensão entre esses dois modelos à luz da crise do Estado Educador e do surgimento de uma nova classe média na sociedade. Ele apresentou o caso português, mas muitos dos seus diagnósticos e constatações soaram familiares ao público. Um deles apontou a contradição dessa nova classe média no tocante à educação de seus filhos. Convivem, ao mesmo tempo, o desejo de uma pedagogia da descoberta no ensino médio e fundamental e o de uma pedagogia de acordo com os requisitos do mundo do trabalho. Ou seja, essa nova classe média quer que seus filhos tenham, ao mesmo tempo, um modelo pedagógico que estimule seus filhos a pensar e a estudar e que os prepare para o mercado de trabalho.

O problema é que não há lugar para todos no mercado de trabalho e essa esquizofrenia pedagógica acaba cristalizando e até

aprofundando as desigualdades. Stoer foi enfático neste ponto: na nova relação entre escola e mercado de trabalho, a escola não apenas reproduz a desigualdade, mas produz ativamente mais exclusão social. O problema aqui é que o modelo da escola para todos, oriundo da Revolução Francesa, desarticulou-se com o sistema produtivo.

Bem público global

O jornalista Bernard Cassen, diretor do "Le

Monde Diplomatique", em certa medida, traduziu o estudo acadêmico de Stoer para um diagnóstico a respeito dos desafios políticos colocados para todos aqueles que rejeitam o modelo da escola como mero formador de mão-de-obra. Segundo Cassen, relatórios recentes do Banco Mundial e de outros organismos internacionais deixam claro que há uma mudança completa da própria concepção de educação. Conforme esse modelo, a educação visa a

empregabilidade, deve se preocupar em formar indivíduos que possam ser empregados no mercado. Tal concepção, alertou Cassen, é absolutamente incompatível com a visão da educação como processo de emancipação, de formação de cidadãos.

A escola, nestas condições, é considerada como uma empresa formadora de mão-de-obra para outras empresas. E, como empresas, as escolas passam a concorrer entre si, em condições extremamente

desiguais, tratando o conhecimento como uma mercadoria. Os professores também passam a trabalhar num regime de concorrência. Há alguns super-professores, que trabalham em super-escolas e são muito melhor remunerados que a grande maioria de seus colegas. A escola passa a ser, ao mesmo tempo, uma reprodutora e produtora de desigualdades sociais. Esse é o estatuto do saber, segundo o Banco Mundial, denunciou Cassen.

As políticas sugeridas pelo Banco Mundial deixam claro, segundo o jornalista francês, que não consideram o Estado como um agente necessário para o desenvolvimento do processo educacional dos cidadãos. O mercado passa a ser também fonte de orientação pedagógica. Cassen lembrou que a educação (assim como a saúde, a cultura e outros serviços) passou a ser ponto de pauta das reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC). Alertou que a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) traz o mesmo perigo, ou seja, quer aprofundar nas Américas o processo de transformação da educação, da cultura e do saber em mercadorias. "A educação e a saúde são as primeiras vítimas dessa política de reestruturação global implementada pelo Banco Mundial e outros organismos internacionais", advertiu.

Cassen defendeu a necessidade de consolidar uma política internacional de combate a este modelo. Uma política que considere a educação e o saber como bens públicos universais que não podem ser reduzidos à condição de mercadoria. Para ele, iniciativas como o Fórum Mundial da Educação e o Fórum Social Mundial são decisivas para a consolidação desta articulação internacional.

Marco Weissheimer

Artigo publicado originalmente na Carta Maior (www.agenciartamajior.com.br)

Olívio Dutra abre reunião do Comitê Internacional do FSM em Dakar



O governador petista Olívio Dutra abriu no dia 30 de outubro, em Dakar, no Senegal (África), a Reunião do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial. O Comitê trabalha nas definições para o próximo Fórum Social Mundial (FSM), que ocorre de 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002, em Porto Alegre, e deve analisar o momento político mundial.

Em seu pronunciamento, segundo informações do governado gaúcho, Olívio defendeu que a segunda edição do evento seja um espaço para a humanidade se manifestar a favor da paz e contra a guerra. "Este será o principal acontecimento da humanidade depois dos atentados terroristas em Nova Iorque. Vivemos um momento em que se tenta globalizar uma cultura de guerra, que não ajuda a debelar o terrorismo. O terrorismo de organizações internacionais não pode ser substituído pelo terrorismo de Estado. Isto não constrói a paz e nós condenamos o terrorismo em todas as suas manifestações. Nós queremos globalizar a paz no mundo." Para ele, não haverá paz sem uma maior justiça social e uma melhor distribuição de renda, democracia e fraternidade

entre os povos.

O governador gaúcho destacou também que o Tribunal da Dívida Externa e a Assembléia Hemisférica da Alca serão eixos importantes para as conferências e debates do FSM. "Estamos na iminência da implantação da Alca, que interessa à economia mais forte e trará sérias consequências aos outros países do continente, em setores como inclusão social e no efetivo combate às desigualdades e injustiças". Ele defendeu o estímulo a projetos regionais de articulação, como o Mercosul. "Este modelo de articulação tem condições de reforçar econômica e socialmente as regiões, permitindo intercâmbios continentais".

Também ressaltou a importância da continuidade de debates iniciados na primeira edição do FSM, como a taxação do capital especulativo e o fim dos paraísos fiscais. Participam do encontro representantes de cerca de 100 entidades da sociedade civil dos cinco continentes – África, Europa, América, Ásia e Oceania.

FSM 2002 poderá reunir 100 mil pessoas

O próximo Fórum Social

Mundial (FSM) deverá reunir entre 80 e 100 mil pessoas do mundo inteiro, conforme expectativa do Comitê Executivo Internacional do FSM. O primeiro Fórum reuniu 25 mil pessoas em Porto Alegre. Segundo o coordenador do comitê executivo do governo gaúcho, Jeferson Miola, o Fórum de 2002 ocorrerá em grandes espaços da cidade, não ficando mais restrito a alguns poucos auditórios. A idéia é envolver ainda mais toda a cidade no evento. Deste modo, cada grande conferência poderia reunir de quatro a cinco mil pessoas. Vários encontros preparatórios ao FSM 2002 já foram confirmados em diferentes pontos do mundo, como Mali (África), Líbano, Itália e Canadá.

O governo gaúcho vem tomando também algumas iniciativas que deverão reforçar o peso político e a capacidade organizativa do evento. Entre elas, destacam-se a organização do Fórum Parlamentar Mundial e o apoio ao debate de temas como as transações financeiras, as dívidas internacionais, as alternativas para a juventude e a questão da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

NOTAS

Globalização, OP e socialismo

Em *Globalização e socialismo*, a economista Maria Conceição Tavares, o cientista político Emir Sader e o deputado federal Eduardo Jorge (PT-SP) debatem os desafios que a globalização apresenta para os partidos e movimentos que se opõem à internacionalização econômica e cultural nos moldes em que ela vem sendo realizada e como o socialismo pode ser um projeto alternativo a esta realidade.

Em *Orçamento Participativo e socialismo* o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, e a socióloga e professora da USP Maria Victoria Benevides discutem como o orçamento participativo pode ser uma forma de aprofundar a democracia representativa e iniciar um processo de institucionalização da democracia direta, sem que haja contradição ou confronto entre estes dois tipos de democracia. O debate busca também identificar como esta experiência pode ser útil para a construção de alternativas socialistas para a sociedade brasileira.

Estes dois novos volumes dão continuidade à coleção "Socialismo em Discussão" que faz o registro impresso dos seminários "Socialismo e Democracia", promovidos pelo Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo e Secretaria Nacional de Formação Política do PT, e com organização de Antonio Candido, Paul Singer e Francisco de Oliveira.

**GLOBALIZAÇÃO E SOCIALISMO**

de Maria Conceição Tavares, Emir Sader e Eduardo Jorge
Editora Fundação Perseu Abramo
72 páginas, R\$ 8,00

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E SOCIALISMO**

de Olívio Dutra e Maria Victoria Benevides
Editora Fundação Perseu Abramo
72 páginas, R\$ 8,00

SP cria defensoria para homossexuais

A primeira defensoria homossexual do país começou a funcionar no dia 29 de outubro em São Paulo. O novo órgão vai dar assistência jurídica gratuita a homossexuais que sofram discriminação e preconceito. A defensoria pretende atuar na área criminal e na de interesses coletivos difusos.

O Ministério da Justiça liberou R\$ 50 mil para que a defensoria possa funcionar por seis meses, em caráter experimental. O dinheiro deverá garantir a manutenção de três

advogados, cinco estagiários e dois computadores. A Defensoria, que fica na avenida Doutor Altino Arantes, 83, na Vila Clementino, funcionará de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

PT pede união para evitar venda da Copel

Em nota divulgada no dia 26 de outubro, o PT afirma que se vencer as próximas eleições irá reverter a privatização da Copel, (concessionária de energia do Paraná) que está para ser vendida pelo governo do Paraná. O texto, assinado pelo líder petista, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo presidente nacional do partido, deputado federal José Dirceu (SP) e pelos líderes na Câmara, Walter Pinheiro (BA), e no Senado, José Eduardo Dutra (SE), afirma que o governo insiste em privatizar as concessionárias, apesar dos resultados desastrosos das privatizações do setor, materializados no racionamento de energia e no apagão imposto ao Nordeste. O partido conclama, ainda, todas as forças políticas, econômicas e sociais a se unirem para impedir a privatização da Copel.

Abertas as inscrições para o Prêmio Santo Dias

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo abriu inscrições para o Prêmio Santo Dias. Entidades e personalidades que lutam pelos Direitos Humanos no Estado poderão ser indicadas até 22 de novembro, quando a Comissão escolherá o tempo.

Seminário de Política Municipal de Combate à Violência Sexual e Doméstica Contra as Mulheres

Violência de gênero e políticas municipais de combate à violência sexual e doméstica contra as mulheres será tema de discussão no seminário promovido pela Área Técnica da Saúde da Mulher, da Secretária Municipal de Saúde e pela Coordenadoria Especial da Mulher, da Secretaria de Governo Municipal, que ocorrerá no dia 22 de novembro no Centro Cultural de São Paulo, Auditório Paulo Emílio, rua Vergueiro, 1000, das 10 às 18 horas.

O seminário será dividido em duas etapas: pela manhã será discutido aspectos conceituais de violência de gênero e a tarde serão apresentadas as propostas de políticas municipais de combate a violência.

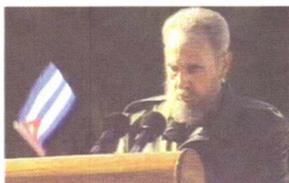
IMPRESSA

Jornalistas debatem em Cuba o papel da mídia

A rede de televisão Al-Jazeera, do Catar, reproduz imagens de crianças feridas por causa do bombardeio americano ao Afeganistão. Em jornais de circulação nacional uma foto revela uma verdadeira bonequinha de olhos amendoados envolta em um curativo sujo do sangue da represália anglo-americana. A foto choca pela brutalidade e pela inocência desnudada com os estrondos da guerra. A população civil corre atrás de biscoitos despejados com as bombas, como se algo sagrado como os alimentos pudesse seguir o mesmo caminho do bombardeio.

Não tínhamos idéia do que seria a guerra iniciada naquele domingo sobre o sol escaldante de Havana. Estávamos na capital de Cuba para debater o papel dos meios de comunicação na América Latina e no Caribe em um congresso, sob o patrocínio do governo cubano, que reuniu mais de 300 jornalistas latino-americanos e caribenhos. Na praça da Catedral, em Havana Velha, uma senhora com um enorme charuto na boca andava de um lado para o outro informando o início da "cruzada" americana. Assim ficamos sabendo do bombardeio anunciado.

Enquanto os Estados Unidos, considerados a nação mais democrática e livre do planeta, censuravam as imagens e notícias da guerra, o presidente de Cuba, Fidel Castro, reunia-se com jornalistas exatamente para falar da "tirania imperialista" dos meios de comunicação. O presidente da UPEC (Unión de Periodistas de Cuba), Tubal Páez, um dos organizadores do encontro resumia na manhã de segunda, dia 8 de outubro, a indignação dos jornalistas, pegos quase de surpresa, com a represália aos ataques terroristas de 11 de setembro. "Rechaçamos quem se utiliza da guerra — que faz vítimas inocentes, traz destruição e morte — para resolver qualquer diferença nas relações internacionais". Segundo ele, as discussões seriam mais necessárias depois dos ataques "porque é preciso



A primeira crítica do presidente de Cuba, Fidel Castro, à guerra dos Estados Unidos e países aliados contra o Afeganistão, foi veiculada na edição de 8 de outubro no Gramma, órgão oficial do Partido Comunista de Cuba. No editorial, redigido de próprio punho, Fidel deixou claro que é contra as práticas terroristas, mas afirmou que não pode ser partidário de uma guerra para resolver esse problema. "Não se trata de uma guerra contra o



lutar para que todos conheçam a verdade do mundo".

A deflagração da guerra quase modificou o rumo dos debates, mas acabou confirmando que o monopólio dos meios de comunicação tem servido como instrumento de propaganda do pensamento único. E, como bem destacou Fidel Castro, "há também uma batalha das idéias e essa é a guerra que é preciso vencer, a guerra da verdade contra a mentira".

Mas a batalha pela democratização da informação e pelo fim do monopólio dos meios de comunicação, ao que parece, está longe de ser vencida. Uma das primeiras providências adotadas pelos Estados Unidos foi censurar as imagens da guerra veiculadas pela TV Al-Jazeera por praticar o manual do bom jornalismo: ouvir os dois lados. A cobertura da guerra está restrita às imagens da CNN, que continuou como proprietária das informações que chegam ao Ocidente e aí, não é preciso dizer mais nada.

Declaração de Princípios

Fidel Castro acompanhou atentamente as discussões do Congresso de Jornalistas e teve participação decisiva na aprovação da Declaração de Princípios, documento no qual os jornalistas se

comprometem a desenvolver ações para minimizar os efeitos do discurso único.

O primeiro ponto da Declaração de Princípios, aprovada por unanimidade pelos participantes do Congresso, expressa solidariedade ao povo americano e condena as ações contra o World Trade Center e o Pentágono. Os jornalistas, no entanto, dizem que a guerra "elimina a independência das nações e transforma a hegemonia neoliberal, chamada globalização, em um estado mundial configurado por uma nova dominação política, econômica e militar, imposta de maneira imperial". No documento, os jornalistas dizem que a guerra, em nome de uma pretendida legítima defesa, "alimenta um círculo vicioso que responde o terror com o terror".

A instalação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), o Plano Colômbia, e o Puebla-Panamá, também foram duramente criticados. Na Declaração, os jornalistas dizem que esses projetos têm interesses militares, "que ameaçam os processos democráticos, revitalizam o autoritarismo e 'direitizam' nossas sociedades".

No entendimento dos participantes do Congresso, os grandes meios de comunicação desempenham papel determinante na imposição dessa política militarista, mediante

propaganda de massa, baseada na desinformação, na censura e na manipulação. Os jornalistas afirmam, na Declaração de Princípio, que vão redobrar o compromisso de defender o direito do povo à informação "para gerar em nossa sociedade a consciência crítica que o momento exige". Defendem também a realização de um congresso virtual permanente para ações que visem fortalecer as organizações sindicais dos jornalistas, vinculando-as cada vez mais às causas populares.

Assassinatos

O documento presta ainda uma homenagem aos mais de 600 jornalistas assassinados na América Latina e no Caribe, no último quarto de século. "Expressamos que um dos baluartes da nossa luta será a solidariedade entre os profissionais e trabalhadores de imprensa".

O último ponto da Declaração de Princípios ressalta que os jornalistas vão lutar pela preservação da nossa identidade cultural, pleno direito dos povos indígenas, compromisso com as lutas dos trabalhadores, reforço à solidariedade e pela defesa da independência das nossas nações.

Dorian Vaz

é assessora de imprensa da Liderança do PT na Câmara dos Deputados

Fidel critica ofensiva americana

terrorismo, que deve e pode ser derrotado por outros meios mais eficazes, rápidos e duradouros, mas sim de uma guerra a favor do terrorismo, que ficará mais difícil de ser erradicado por causa das operações militares".

Outro ponto destacado por Fidel no editorial é a desigualdade de condições entre os países envolvidos no conflito. "A guerra sugere uma luta entre partes em condições mais ou menos iguais em que a mais

debilitada tenha o mínimo de recursos técnicos, financeiros e econômicos para se defender. Neste caso uma das partes não possui absolutamente nada".

O presidente cubano previu a gravidade da crise ao lembrar que na região do conflito dois países, Índia e Paquistão, que há décadas estão em litígio pela posse da Caxemira, detêm armas nucleares. "Em uma situação de conflito, nada impede que radicais desses países usem essas armas",

destacou.

Para Fidel, "o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, decretou o fim da soberania dos países ao reivindicar o apoio automático aos seus ataques terroristas". Ele criticou o apoio do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) às ações militares coordenada por Bush e aliados. "O Conselho de Segurança da ONU não existe", concluiu.

Encarte especial Rio Grande do Sul



CPI da Segurança sem rumo tenta desmoralizar governo democrático e popular

A partir de 1999, início da atual gestão, o Governo do Rio Grande do Sul começou a discutir e a fazer profundas mudanças na área da segurança pública, adotando políticas defendidas pela ONU. Isso provocou fortes reações contrárias da banda podre da polícia, da oposição e do monopólio da mídia, que começaram a defender a criação de uma CPI da Segurança. Como esses setores eram contrários à política do atual Governo, passaram a alegar que “os órgãos de segurança estavam sendo desmontados”, que “não havia uma política de segurança” e que “estavam sendo criadas milícias armadas no Estado”.

Os parlamentares da oposição instalaram a CPI, no dia 18 de abril, e dela participaram o secretário da Casa Civil, o secretário da Justiça e da Segurança, o comandante geral da Brigada Militar e o chefe de Polícia para mostrar que o Governo do Estado não temia qualquer investigação. Este fato inédito na história das CPIs no Legislativo gaúcho, demonstrou com clareza à população e à própria Assembléia a reafirmação do projeto transparente de Política de Segurança Pública e a disposição do Governo de combater a banda podre da polícia gaúcha.

A CPI apresentava 12 pontos e depois foi

acrescentado mais um. Já no início dos trabalhos da comissão, o Governo do Estado esclareceu todos esses pontos. Passados os primeiros meses da CPI, os fatos estavam sendo esclarecidos e retirada da pauta qualquer possibilidade de ilícitos na área da segurança. Com isso os pretensos motivos que levaram à instalação da comissão deixavam de existir e só restou o debate ideológico da oposição parlamentar, do monopólio da mídia e da banda podre da polícia contra o Governo do Estado.

A partir daí, a CPI se tornou um grande espetáculo, pautada e divulgada pelo monopólio da mídia, e começou a desviar-se dos seus objetivos. O primeiro passo começou depois de uma matéria do jornal Diário Gaúcho, sobre uma suposta investigação da Polícia Civil da relação do jogo do bicho com a campanha de parlamentares. Ouvidos alguns delegados, ficou constatado que a polícia investigava o jogo do bicho e não a campanha de parlamentares.

Desses delegados, dois disseram que, numa reunião do Conselho de Administração Policial (CAP), no início de 1999, ouviram do ex-chefe de polícia que a propina do jogo do bicho não iria mais para os delegados, mas seria centralizada por ele e iria para as obras sociais do governo. Com o depoimento

de todos os 12 membros do CAP, oito afirmaram que nunca ouviram falar dessa história e o próprio ex-chefe de polícia negou, alegando que os delegados que tinham contado uma versão diferente da sua tinham motivos para isso.

O segundo ato foi a denúncia de que havia irregularidades na compra de material de limpeza por parte das escolas estaduais. Ouvidos vários depoimentos na comissão, ficou comprovado que essas irregularidades iniciaram no governo Collares, passaram por toda a administração Britto e apenas no atual Governo, através da Secretaria de Educação, foi solicitada uma investigação para a Polícia Civil. Quando a CPI percebeu que as irregularidades iniciaram nos governos anteriores e só o atual determinou investigação, os deputados desistiram de averiguar o fato.

O terceiro ato teve a colaboração do presidente e de conselheiros do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), que entregaram à CPI uma denúncia de que havia ligação do Governo Gaúcho com a máfia internacional da jogatina eletrônica. A denúncia tentava sustentar-se através de uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa que regulamentava a Loteria do Estado do Rio Grande do Sul (LOTEGS) e de um decreto

do Governo do Estado. No dia do seu depoimento, o presidente do MJDH estava acompanhado de um conselheiro do movimento, que foi juiz e prefeito, e agora advoga para empresa de vídeo poker.

Nesse depoimento, o presidente do MJDH afirmou que tinha uma gravação e uma testemunha bomba que comprovariam as suas denúncias. A testemunha era ex-tesoureiro do PT, Jairo Carneiro dos Santos, que foi expulso do partido por desviar recursos, e a gravação referia-se a uma entrevista sua dado ao jornal Diário Gaúcho, em que ele disse que havia ligação do Governo com o jogo do bicho. Chamado pela CPI, Jairo disse que mentiu na entrevista para vingar-se do PT, que o tinha expulso. Foram ouvidas outras testemunhas sobre as denúncias do presidente do MJDH e comprovou-se que não havia nenhuma sustentação.

O quarto ato foi novamente protagonizado pelo presidente do MJDH. Ele entregou outra denúncia à CPI sobre a “Conexão Las Vegas - Porto Alegre”, que referia-se a uma suposta autorização concedida por um decreto do Governo do Estado para transmissões, via satélite, de corridas de cavalos. Ouvidas as testemunhas, uma delas provou que este tipo de transmissão era feito pelo Jockey Club do RS em 1996 e 1997, no governo anterior.

A bancada do PT provou que o MJDH não entregou todos os documentos da denúncia, escondendo um assinado pelo ex-chefe de polícia do governo anterior, autorizando o Jockey Club Eldorado a efetuar esse tipo de transmissão.

Passados vários meses e se aproximando do final dos trabalhos, com várias denúncias infundadas e sem provas e com a cobertura da mídia cada vez menor, a CPI tenta dar a sua cartada final. O foco das investigações agora é a suposta utilização de recursos do jogo do bicho, através do Clube de Seguros da Cidadania, na campanha eleitoral e na compra da sede do PT. Ouvidos mais de 20 pessoas, todos confirmaram que doaram recursos para o Clube. Apenas um disse que não tinha conhecimento se a sua empresa tinha feito a doação. Dessa forma, caiu por terra a acusação da CPI de que o Clube usou dinheiro do jogo do bicho.

Foi aí que veio a público então (26-10) uma conversa confusa – na maior parte inaudível – e gravada ilegalmente, em que um dos participantes (Diógenes de Oliveira) usa, de forma indevida, o nome do governador do Estado (numa conversa com o delegado Luiz Fernando Tubino, então Chefe do Departamento de Polícia Civil, envolvendo, entre outros temas, o jogo do bicho). No mesmo dia, o governador negou com veemência que tivesse

autorizado qualquer pessoa a falar em seu nome.

No dia seguinte (27-10), o próprio participante da conversa reconheceu à imprensa que usara o nome do governador no referido diálogo sem qualquer autorização ou conhecimento de parte do governador.

Esta gravação passou a ser o grande achado dos parlamentares da oposição na CPI e largamente usada por eles e pela mídia contrária ao projeto democrático e transparente da atual administração na tentativa de macular o governo.

O Governo do Estado reafirmou sua disposição de qualificar a Segurança Pública, valorizar os trabalhadores comprometidos com o bom andamento deste importante serviço e sanear as estruturas policiais daqueles elementos que, comprovadamente, mantêm relações com o mundo do crime, a chamada banda podre. Não fazendo como em outros períodos, de governos que, por conveniência ou comodidade, toleraram as graves distorções na área da Segurança Pública.

Sobre a banda podre da polícia gaúcha (cuja existência ficou comprovada em investigações tanto na CPI do Crime Organizado como na atual, sobre Segurança Pública), da CPI e dos parlamentares de oposição ecoa apenas um grande silêncio.

ENCARTE

Os 13 itens motivadores da CPI foram totalmente esclarecidos pelo governo

1 Desestruturação do aparelho policial –

transferência de atribuições do DEIC para Delegacias não especializadas. O que houve foi a descentralização do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), que significou repasse de pessoal e recursos para delegacias distritais, permitindo maior proximidade com a comunidade e agilização das investigações policiais. Permaneceram, porém, respeitadas as competências legais do DEIC. Todos os delegados têm a mesma formação e competência para atuar na sua atividade, o que invalida a tese da falta de qualidade dos inquéritos policiais elaborados nas delegacias distritais. A Secretaria de Justiça e Segurança já solicitou ao Ministério Público a relação dos delegados cujos inquéritos são considerados de baixa qualidade para requalificar estes profissionais e/ou abrir procedimento visando a dispensa de tais servidores, se assim for o caso.

2 Termo circunstanciado

O ato de polícia judiciária – chamado de termo circunstanciado – era monopólio da Polícia Civil no governo anterior. Portaria do atual governo revogou portaria anterior, possibilitando este ato à Brigada Militar que dedica-se aos chamados delitos de menor potencial ofensivo. Com isso, a Polícia Civil pode dedicar-se, prioritariamente, aos delitos de maior potencial ofensivo e aos inquéritos criminais/policiais. Essa questão já está resolvida.

3 Sucateamento do Instituto Geral de Perícias

Criado em 1989, o IGP jamais foi organizado. O problema se arrastava, portanto, há mais de uma década. O atual governo, enfim, iniciou a reestruturação, que envolve a contratação emergencial de 190 funcionários, projetando-se concurso público para o órgão. Está previsto um investimento de R\$ 3,5 milhões para o IGP. Ao atual governo interessa investigar porque o IGP permaneceu neste abandono, por tanto tempo.

4 Carteiras de identidade sem pesquisa datiloscópica

A situação deficiente foi herdada do governo passado. Também existiam problemas físicos no prédio do Departamento de Identificação – como a ocorrência de chuvas – que foram corrigidos. Está em andamento um investimento

de R\$ 2 milhões para o setor.

5 Convênios com funerárias

Não existe nenhuma ilegalidade nestes convênios celebrados entre a SJS e o Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços Funerários do RS. Aliás, a prestação terceirizada do serviço de remoção em Porto Alegre foi licitada no governo estadual passado. A iniciativa busca a melhoria do serviço e a proteção dos familiares. A presença de funcionários de funerárias em locais de crime não traz prejuízo algum para investigações policiais já que o delegado, qualificado para a investigação, comparece ao local e decide se pede ou não perícia, realizada pelo Departamento de Criminalística do Instituto Geral de Perícias (IGP) – e não pelo Departamento Médico Legal (DML).

6 Fechamento das Delegacias Regionais

Foram fechadas apenas as estruturas burocráticas e administrativas permitindo a criação de estruturas para dedicar-se a atividades operacionais, de atendimento efetivo à comunidade. Trata-se de uma questão administrativa, visando usar, de forma mais otimizada, os recursos materiais e humanos no atendimento à população.

7 Iminência de greve

Desde quando iminência de greve justifica a instalação de uma CPI? Ocorreu greve no governo passado e nem por isso se cogitou de nenhuma CPI.

8 Brigada Militar na Febem

A presença da polícia militar na Febem se justifica em situação de emergência. Trata-se de uma situação temporária que certamente será revertida com a reestruturação da Febem. No governo passado, a BM foi instalada dentro dos presídios. No atual governo, a polícia militar já foi retirada da PEC e da PASC, ambas localizadas em Charqueadas.

9 Desproporção entre número de ocorrências e inquéritos policiais

O fato foi denunciado publicamente pelo secretário da SJS, José Paulo Bisol, no ano passado, na abertura do Encontro do Ministério Público e no Seminário Internacional das Polícias. A chefia de polícia está procedendo uma ampla

auditoria sobre o assunto. O requerimento dos deputados de oposição baseia-se na divulgação do aumento de crimes contra o patrimônio mas esconde a diminuição de crimes contra a vida – como os homicídios que vêm sendo reduzidos de forma contínua e permanente no Rio Grande do Sul.

10 Emprego de Técnicas ilícitas de espionagem

a) Escuta ilícita
As famosas “maletas pretas” ou equipamentos localizados em malas portáteis, que diziam haver no governo anterior, não foram encontradas na SJS pelo atual governo. Havia apenas processo de aquisição, em janeiro de 1999, que foi cancelado no âmbito do FESP. A SJS tem programa de combate ao crime organizado que contempla escuta – com equipamento que será adquirido em breve – mas sob supervisão do Ministério Público, isto é, com autorização judicial.

b) Serviço Secreto PM2

A PM2 não existe mais. Existe um Serviço de Informação Operacional e Treinamento (SIOT) voltado prioritariamente para o controle interno e coleta de subsídios para o policiamento urbano.

11 Recursos do FESP não têm sido aportados

Os recursos do Fundo Especial de Segurança Pública são liberados absolutamente de acordo com a Lei, de forma regular, para reequipamento e custeio da segurança pública do Estado.

12 Policiais na segurança privada

A determinação da SJS é coibir a participação de policiais em empresas de segurança privada. Todas as denúncias encaminhadas foram investigadas, apuradas e responsabilizadas.

13 Corrupção na polícia

Desde o início do atual Governo o secretário da Justiça e Segurança, José Paulo Bisol, tem denunciado a existência de corrupção na polícia gaúcha e tomado providências. Foram estruturadas as Corregedorias da Polícia Civil e da Brigada Militar e criada a Ouvidoria de Justiça e Segurança. Pela primeira vez, a secretaria tem colaborado de forma efetiva com o Ministério Público. Na CPI do Crime Organizado, a Força Tarefa criada pela secretaria ajudou a investigar a corrupção na polícia e indiciou vários policiais.

Nota do PT-RS nega envolvimento de Olívio

A Comissão Executiva (CEE) do PT gaúcho emitiu no dia 30 de outubro nota sobre episódios surgidos no decorrer dos trabalhos da CPI da Segurança Pública no Estado. De acordo com o documento, “os fatos apurados pela CPI não oferecem qualquer comprovação de envolvimento do governo e do partido com a contravenção”. No último dia 26 de outubro, a CPI divulgou CD com gravações de uma conversa entre o ex-chefe de polícia, Luiz Fernando Tubino, e o presidente do Clube de Seguros da Cidadania, Diógenes Oliveira, na qual este último teria afirmado que o governador petista o autorizara a pedir para não reprimir o jogo do bicho. Reafirma também a legalidade das doações ao PT, “ratificada pela aprovação das contas de campanha no Tribunal Regional Eleitoral”.

Para a Executiva do PT-RS, “as denúncias surgidas na CPI acerca da conduta do filiado Diógenes e seu reconhecimento público de que usou indevidamente o nome do governador Olívio Dutra e exerceu práticas contrárias aos princípios do nosso partido constituem-se em falta grave”. A CEE deliberou pelo encaminhamento do filiado à Comissão de Ética e Disciplina para procedimento de avaliação e aplicação do Estatuto Partidário.

Bancadas defendem Olívio Dutra

Deputados e senadores petistas declararam que irão apoiar e defender o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (PT), das acusações de que seu governo teria envolvimento com o jogo do bicho. “Somos os maiores interessados em que as

investigações se aprofundem”, disse o presidente do PT, deputado federal José Dirceu (SP). Segundo ele, Olívio Dutra tem décadas de história de honestidade e transparência e por isso o PT não tem nenhuma dúvida em relação ao comportamento do governador. “Todo o Rio Grande do Sul sabe que Olívio jamais daria orientação para fazer acordos sobre contravenção”, afirmou.

Dirceu disse ainda que o PT tem patrimônio e tem história, tem código de ética, metodologia interna e regras claras. “Quem infringe o código de ética do PT, tem de pagar”, esclareceu. Dirceu enfatizou que Diógenes de Oliveira já assumiu a culpa e disse não ter ordens do governador para fazer qualquer acerto com Tubino.

A seguir a íntegra da nota:

Resolução

Cidadania, que disponibilizou voluntariamente sua documentação ao Ministério Público. A legalidade das doações ao nosso partido foi ratificada pela aprovação das contas de campanha no Tribunal Regional Eleitoral;

3) Por opção política da maioria dos membros da CPI as denúncias e depoimentos relativos à corrupção e ao crime organizado envolvendo setores da polícia civil não tiveram qualquer encaminhamento na apuração dos fatos e das responsabilidades dos denunciados;

4) Como em situações anteriores, temos assistido a uma brutal manipulação de determinados meios de comunicação tentando atingir o patrimônio político e ético do PT;

5) As denúncias surgidas na CPI acerca da conduta do filiado Diógenes Oliveira e seu reconhecimento

público de que usou indevidamente o nome do Governador Olívio Dutra e exerceu práticas contrárias aos princípios do nosso partido constituem-se em falta grave;

6) De acordo com a tradição partidária, nosso Estatuto garante a todo filiado pleno direito de defesa, averiguação completa dos fatos e as punições disciplinares cabíveis;

Pelo exposto, a Comissão Executiva Estadual do PT/RS delibera pelo encaminhamento do filiado à Comissão de Ética e Disciplina para procedimento de avaliação e aplicação do Estatuto Partidário. Todo este processo será acompanhado por uma comissão política da Executiva Estadual.

Comissão Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores
Porto Alegre, 30/10/2001

Conduta de filiado não pode ser associada ao governo

O governador em exercício, Miguel Rossetto, defendeu hoje (29), em entrevista à televisão, a punição de Diógenes de Oliveira, num processo rigoroso e democrático. Reafirmou que ninguém está autorizado a associar a conduta individual de um filiado à conduta de um governo ou do partido. “O filiado Diógenes de Oliveira

em nenhum momento teve autorização partidária, governamental ou pessoal para estabelecer este padrão de diálogo seja com o chefe da polícia ou com qualquer outro responsável do governo. Esta é uma conduta que o nosso partido não aceita”, reafirmou.

Sobre a imagem do partido foi enfático: o PT não é o PMDB, nem o PFL. “O que

diferencia os partidos não é uma eventual conduta inadequada de um filiado. Mas a forma como os partidos controlam este tipo de conduta. O PT e os partidos da frente têm orgulho da sua história”, acentuou. Os procedimentos do PT construíram um outro padrão de ética na política brasileira. “Este é nosso patrimônio”.

Oito policiais são afastados do serviço público

Serão publicados no Diário Oficial do Estado, amanhã, terça-feira (30), os atos de afastamento de oito policiais, denunciados pelo Ministério Público e alvos de processos administrativos e disciplinares. A escritã Dilamara Vilaverde Gabbi de Lima, já condenada por rou-

bo qualificado, é ainda processada por formação de quadrilha; o inspetor Paulo Sérgio Conceição é acusado de extorsão; os investigados Jorge Toledo, Luiz Oscar Rolim dos Santos e Aramis Simões Pereira, denunciados por concussão e prevaricação; o inspetor Henrique

Alfeu Vieira, também responde acusação por extorsão, e os inspetores Adriano Silva e Alexandre Luiz Ferreira, são acusados de roubo.

Os oito policiais serão afastados de suas funções por um prazo de 60 dias. Em alguns casos trata-se de prorrogação de afastamento.

ENCARTE

Depoimento aponta “conspiração” contra governo petista do RS

Em depoimento na CPI da Segurança Pública no dia 5 de novembro, o presidente do Clube de Seguros da Cidadania, Diógenes de Oliveira, classificou as denúncias que ligam o Clube, o governo do Estado e o PT ao jogo do bicho como “uma conspiração tenebrosa”. Diógenes Oliveira confirmou o encontro com o ex-chefe de Polícia, Luís Fernando Tubino, ocorrido, segundo ele, há mais de dois anos, mas garantiu que nunca arrecadou nenhum centavo decorrente de atividade ilícita.

“Não sou bicheiro, não sou amigo de nenhum bicheiro e repudio energeticamente todas as afirmações neste sentido”, observou. Ele disse ainda que não foi o autor da gravação e que somente ele e Tubino participaram da conversa. O diretor do Clube de Seguros revelou que conheceu o delegado Luís Fernando Tubino quando, juntamente com o ex-tesoureiro do PT, Dirceu Lopes, o procurou para organizar o desconto em folha para o partido das contribuições financeiras dos cargos de confiança.

Segundo Diógenes, ao freqüentar o Mercado Público de Porto Alegre foi abordado por alguns apontadores do jogo do bicho,

que reclamaram que estariam sendo perseguidos por integrantes da Polícia. “São pessoas humildes que, na maioria das vezes, têm nesta atividade seu principal ganha pão. Acabei sensibilizado pelas queixas e, como já conhecia Tubino, o convidei para um encontro na minha casa dando um falso carteiraço”, relatou.

Ele ressaltou que, em nenhum momento, o governador Olívio Dutra o autorizou a procurar o ex-chefe de Polícia. “Não recebi mandato do governador ou do PT, nem ao menos os consultei. Também não os informei da conversa depois”. Diógenes de Oliveira defendeu a legalização de todos os jogos no Brasil e identificou aqueles que querem manter o jogo do bicho na clandestinidade como “hipócritas”.

Manipulação

Para o presidente do Clube de Seguros da Cidadania, a entidade que dirige está sendo vítima de “um linchamento moral”, promovido pelos setores que usaram a revolta do ex-tesoureiro do PT, Jairo Carneiro, para difamar o governo e o PT. Na opinião

de Diógenes, o grupo RBS está à frente desta tentativa de “manipular e distorcer os fatos”. O empresário lembrou que os três jornalistas do Diário Gaúcho, pertencente ao grupo RBS, estão respondendo criminalmente pela entrevista.

“Jairo telefonou para o diretor de seguros do Clube da Cidadania, Daniel Verçosa, a pedido dos jornalistas que, inclusive, solicitaram que ele gravasse a conversa em seu próprio telefone, o que Jairo recusou porque, segundo seu depoimento à CPI, ‘senti-se muito sujo’”. Entendendo que a entrevista com Jairo Carneiro faz parte “de uma conspiração macabra que visa decretar o impedimento do atual governo do Estado”, Diógenes de Oliveira apresentou então uma cronologia dos “episódios sórdidos” que compõem o caso.

Denúncia

Diógenes denunciou à CPI que o grupo RBS possuiu duas empresas nas Ilhas Caymann, conhecido paraíso fiscal, onde tem feito empréstimos milionários que, na sua opinião, são um forte indício de lavagem de



dinheiro. A primeira delas é a CABOPARBS Ltda, com sede em George Town. A outra chama-se RBS Par Ltda, cuja sede também fica em George Town. Segundo Diógenes Oliveira, através destas duas empresas, o Grupo RBS realizou uma grande movimentação financeira nos últimos cinco anos.

Além de encaminhar o assunto ao Ministério Público Federal, que está investigando suspeita de lavagem de dinheiro no Rio Grande do Sul, através da

remessas de recursos via contas CC5, Diógenes de Oliveira entregou a CPI um relatório das 19 operações financeiras realizadas por empresas ligadas ao Grupo RBS.

O Clube

Diógenes de Oliveira explicou que o Clube de Seguros da Cidadania foi concebido em 1997 e começou a operar em 1998 como um órgão estipulador de seguros. Ele assegurou que todas as denúncias de

que a entidade arrecadava recursos públicos são falsas e que a própria Justiça Eleitoral considerou improcedentes as acusações feitas no ano passado pelo então candidato à prefeitura de Porto Alegre, Alceu Collares. Ele admitiu que pode ter ocorrido erros na contabilidade do Clube, mas que isso é secundário, frente ao fato de todas as testemunhas, terem confirmado a realização das doações. “Não houve, portanto, arrecadação de recursos de fontes ilegais”, ressaltou.

CPI da Segurança

Delegados que acusam governo do Estado estão tendo seus interesses contrariados

O secretário substituto da Justiça e da Segurança, Lauro Magnago, em depoimento na CPI da Segurança, no início da noite de segunda-feira (29/10), entregou farta documentação aos parlamentares com provas de que delegados de polícia que acusam o Governo do Estado estão tendo os seus interesses contrariados pela Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS). O secretário substituto citou o nome dos delegados Abílio Pereira, Alexandre Vieira, Roberto Leite Pimentel, Sílvio Ribeiro, dos delegados aposentados Nelson Soares de Oliveira, Newton Müller e José Carlos Weber e do ex-delegado Nei Soares de Oliveira e do conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Luiz Francisco Barbosa.

Alguns desses delegados já tinham sido nomeados em depoimento do capitão da Brigada Militar, Airton Oliveira Cardoso, tanto na CPI da Segurança, como na CPI do Crime Organizado. O capitão acusou delegados de receber propina, argumentando, inclusive, que presenciou o fato na casa de seu ex-sogro e banqueiro do jogo do bicho, Luiz Flávio da Silva. Houve até uma acareação, na CPI da Segurança, entre o capitão e

o seu ex-sogro, e a testemunha manteve as denúncias.

Delegado Abílio Pereira

O delegado Abílio, denunciado como um dos que recebiam propina do jogo do bicho pelo capitão Airton, é o mesmo que, ora liberava ora mandava apreender as máquinas de jogos eletrônicos. É, também, o delegado que afirmou em depoimento à CPI do Crime Organizado que havia dito ao policial Gilberto da Silva Souza para procurar a advogada de uma testemunha de acusação. Esse policial, acompanhado de um colega, foi até o escritório da referida advogada e foram flagrados ao agredir o porteiro e cometer abuso de autoridade. Esse tipo de atitude demonstra que os policiais foram até lá pressionar a advogada para que o cliente dela mudasse o depoimento.

Outra questão está na relação do delegado com as máquinas de jogos eletrônicos. Em novembro de 1997, ao responder a uma consulta da Grub Game Diversões Ltda, ele decide que a polícia não tem relação com o assunto. Em 16 de março de 1998, uma ordem de serviço do delegado Abílio, então diretor do

Departamento de Polícia Metropolitana, manda apreender todas as máquinas de jogos eletrônicos. Pouco adiante, em junho de mesmo ano, outra decisão do delegado, sobre nova consulta da mesma Grub Game Diversões, afirma que a polícia não tem o que interferir no assunto.

Delegado Alexandre Vieira

O delegado Alexandre Vieira, que já na primeira delegacia que assumiu, em Uruguaiana, em 1986, foi denunciado por prevaricação e tortura, também produz inquéritos de grande repercussão mas de nenhum resultado. O delegado foi responsável, em 1994, por uma investigação sobre o jogo do bicho que reuniu mais de 10 delegados, bateu em 22 bancas, apreendeu farta documentação e teve grande estardalhaço operacional. Mas o inquérito foi considerado totalmente imprestável pelo Ministério Público. Há também decisões referentes à liberação de máquinas de jogos eletrônicos, mais uma da vez da Grub Game Diversões. Em 23 março de 1998, uma semana depois daquela ordem de serviço do diretor do DPM que mandava apreender todas as

máquinas de jogos eletrônicos, o delegado Alexandre Vieira manda liberar todo o material apreendido pertencente à Grub Game.

Delegado Roberto Leite Pimentel

O delegado Roberto Leite Pimentel, ao contrário do que disse nesta CPI, sob juramento, nem sempre foi delegado desde que tornou-se servidor público estadual, em 1985. Tanto que, em 21 de março de 1995, quando estava readaptado como assessor administrativo, integrando o quadro de técnicos científicos, lotado na assessoria jurídica da Polícia Civil, emitiu um parecer liberando a instalação de máquinas da Grub Game.

Isso significa que, além de envolvimento com máquinas de jogos eletrônicos, o delegado Pimentel prestou falso testemunho nesta CPI. No dia 27 de setembro, neste plenário e sob juramento, Pimentel disse que é policial há praticamente 20 anos. Realmente, em 25 de julho de 1985, ele foi nomeado para delegado de polícia. Mas, em 9 de janeiro de 1990, foi considerado incapaz para o cargo de delegado de polícia, conforme laudo do Departamento de Perícia Médica, da Secretaria da

Administração e Recursos Humanos, que dizia que poderia ser aproveitado em serviços de natureza burocrática.

O *Diário Oficial do Estado*, de 20 de dezembro de 1991, publica que o servidor Roberto Leite Pimentel foi readaptado no cargo de Assessor Administrativo, do quadro dos Funcionários Técnicos Científicos do Estado. Ele foi, então, lotado na Polícia Civil. Mas não mais como delegado.

E o então ex-delegado Roberto Leite Pimentel ficou nesta função, de dezembro de 1991 até 4 de abril de 1997, quando aquela readaptação foi, misteriosamente, tornada sem efeito. O processo que trata desse assunto estava de posse do próprio servidor e desapareceu.

Está no Código Penal, Decreto-Lei nº 3.914 de 9 de dezembro de 1941, artigo 342: é crime “fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral”. A pena varia de reclusão de um a três anos e multa.

O delegado Pimentel, conforme documento com timbre do escritório Sílvio

Ribeiro Advogados, datado de 18 de abril de 1995, atuava nessa banca como advogado. O documento identifica os advogados que integram esse escritório: Sílvio Paulo dos Santos (ex-delegado, ex- assessor administrativo e novamente delegado de polícia), Leônidas da Silva Reis (ex-chefe de polícia) e Roberto Leite Pimentel. Além disso, Pimentel atuou em vários processos como advogado. Como se sabe, quem trabalha na Polícia está legalmente impedido de exercer a advocacia.

Delegado Sílvio Ribeiro

Assim como Pimentel, o seu sócio de escritório de advocacia, Sílvio Ribeiro, também foi delegado de polícia, depois foi readaptado como assessor administrativo e voltou a ser delegado. Agora, o Conselho Superior de Polícia propôs a sua demissão, que logo será assinada pelo governador.

O delegado Sílvio Ribeiro é o mesmo que, quando era do quadro de técnicos científicos do estado, lotado na Polícia Civil, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) recomendou que fosse investigado através de processo administrativo disciplinar pelas evidências

(Continua)

ENCARTE



de que teria participado da fraude no concurso para delegados de polícia em dezembro de 1993, quando vários candidatos receberam o gabarito das provas antes que elas fossem realizadas.

Foi um escândalo, mas o então chefe de polícia, delegado Newton Müller não viu nada de mais. Tanto que o concurso foi cancelado por ordem do então governador, Alceu Collares, pressionado pelas consistentes denúncias. Também por determinação do governador, foi instaurado um Processo Administrativo Disciplinar, conduzido pelo delegado José Carlos Webber, presidente da Associação dos Delegados de Polícia até pouco tempo

atrás. Em sua conclusão, o delegado Weber pede a absolvição de todos os acusados e o arquivamento do processo por inexistência dos fatos imputados.

Delegado Nelson Soares de Oliveira

O Delegado Nelson Soares de Oliveira, tendo sido nomeado delegado de polícia no final de 1966, em menos de três anos de profissão, respondeu a cinco inquéritos. Até que, em 1970, pediu para sair da Polícia Civil.

Em 19 de julho de 1991, o então o advogado Nelson Soares de Oliveira encaminha ao Chefe de

Polícia, delegado Newton Müller, seu pedido de readmissão nos quadros da corporação. Em 11 de novembro de 1991, ofício do chefe de polícia, delegado Newton Müller, ao governador Alceu Collares informa que não há vagas para delegados de 2ª classe.

Em 19 de novembro de 1992, ofício do chefe de polícia substituto, delegado Cláudio Barbedo, encaminha ao governador Alceu Collares o processo de readmissão, atendendo a um telefonema do gabinete do governador. Em 29 de janeiro de 1993, ofício do delegado Newton Müller informa a existência de 40 vagas para delegado de 2ª classe –

embora não houvesse nenhuma em novembro de 1991.

Em 13 de julho de 1993, ofício do deputado estadual Tapir Rocha, do PDT, ao governador Alceu Collares solicita andamento no processo do pedido de readmissão na Polícia Civil. No dia 14 de julho de 1993, documento urgente do Chefe de Gabinete do Governador Alceu Collares ao Chefe de Polícia, Newton Müller, encaminha cópia do ofício do deputado e pede resposta em três dias.

As articulações políticas em favor da readmissão de Nelson Oliveira vão aumentando. Em julho de 1993, foi a vez do deputado Tapir Rocha, do PDT, de

intervir em favor dele. A pressão dá resultado e o Governador Alceu Collares volta a insistir no andamento do processo. No dia 17 de novembro de 1993, documento assinado pelo governador Alceu Collares reintegra Nelson Soares de Oliveira à Polícia Civil. O processo foi encerrado em novembro de 1993, com a readmissão de Nelson Oliveira. Como se pôde ver, essa readmissão foi obtida através de pressões políticas. E são essas pessoas que acusam o atual governo de intervir politicamente na polícia.

Ex-delegado Nei Soares de Oliveira

O ex-delegado e advogado Nei Soares de Oliveira, irmão do delegado aposentado Nelson Soares de Oliveira, foi nomeado delegado de polícia em 6 de janeiro de 1968. No dia 5 de novembro de 1975, Nei Soares de Oliveira pede sua exoneração dos quadros da Polícia Civil, assim como seu irmão havia feito em 1970.

Em 25 de abril de 1986, o advogado Nei Soares de Oliveira pede sua readmissão nos quadros da Polícia Civil, como seu irmão. No dia 27 de maio de 1986, um despacho do chefe de Polícia, delegado Leão de Medeiros, determina que a instituição não tem interesse no reingresso de Nei Soares de Oliveira. Mas não conseguiu.

No dia 6 de abril de 1998, novo pedido de reintegração, aproveitando que o chefe de gabinete da Chefia de Polícia, delegado Nelson Soares de Oliveira, é irmão do requerente. Em 27 de julho de 1998, documento da PGE determina que não há comprovação suficiente para que o pedido seja deferido.

No dia 15 de setembro de 1998, a Chefia de Polícia envia novo ofício à PGE, reiterando o pedido de reintegração do ex-delegado Nei Soares de Oliveira.

Em 8 de dezembro de 1998, parecer da PGE reitera o indeferimento à solicitação. Até que, neste Governo, em abril de 1999, o processo é definitivamente arquivado, enterrando de vez as pretensões de Nei Oliveira. Uma decisão que alimentou a inimizade do irmão dele, o delegado aposentado Nelson Oliveira, contra este Governo.

Conselheiro do MJDH Luiz Francisco Barbosa

Em março de 1998, o ex-juiz e ex-prefeito e companheiro de Jair Kruschke no MJDH e nas denúncias de que foi este governo quem abriu caminhos para as máquinas de jogos eletrônicos, Luiz Francisco Barbosa, era advogado da empresa de máquinas eletrônicas Grub Game. O mesmo Luiz Francisco Barbosa que acusou o Governo do Estado de receber dinheiro da contratação para as obras sociais, quando foi prefeito de Sapucaia do Sul, ao inaugurar o setor de radiologia no Hospital Getúlio Vargas, no dia 31 de dezembro de 1993, enfatizou a participação de banqueiros do jogo do bicho no custeio da obra.

Surge aqui um novo elemento nesta cadeia. As mesmas pessoas que acusam o Governo do Estado de envolvimento com empresas de jogos eletrônicos são quem, na verdade, patrocinam esta causa. E o envolvimento ultrapassa a esfera das relações advogado-cliente para chegar ao plano político institucional.

Chefe de polícia garante que guerra à corrupção vai continuar

O Chefe de Polícia, delegado José Antônio de Araújo, reafirmou nesta segunda-feira (29/10) a disposição do Governo gaúcho de aprofundar as investigações sobre policiais corruptos. Ele entregou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a segurança pública uma relação de matérias jornalísticas, produzidas nos últimos dez anos, demonstrando que os governos anteriores conheciam a corrupção policial.

“O governador Olívio Dutra vem cobrando com insistência o enfrentamento da chamada “banda podre” da Polícia Civil gaúcha, e vamos até o fim para resgatar o bom nome da instituição”, disse Araújo. Ele estima que em torno de 10% dos policiais civis gaúchos possuem ligação com a criminalidade. “Vamos trazer para o nosso lado os 90% de policiais honestos que não se

sentem bem trabalhando ao lado de bandidos com carteirinha”, frisou.

O Chefe de Polícia entregou à CPI cópia de um extenso relatório produzido por sua equipe na Corregedoria Geral de Polícia (Cogepol). Ele informou que, anteriormente, aquele órgão “empurrava com a barriga” investigações envolvendo policiais, especialmente delegados de polícia. Entre os procedimentos engavetados, Araújo cita até mesmo assassinatos cometidos por policiais civis. “Colocaram tudo dentro de uma caixa d’água, mas esqueceram de enchê-la de água”, ironiza, garantindo que os processos estão sendo recuperados e terão seguimento. A Cogepol ganhou novo diretor há um ano e está sendo reestruturada.

Sobre o andamento de um inquérito policial aberto há um ano e meio para apurar as relações entre policiais civis e banqueiros do jogo do

bicho, Araújo disse que as investigações vão chegar a bom termo, apesar da complexidade dos fatos. “É uma exigência do Governo do Estado e do Secretário Bisol, e nós não vamos nos conformar enquanto não colocarmos os culpados na cadeia”, afirma.

Crime organizado

O Chefe de Polícia garantiu aos membros da CPI que a Polícia Civil precisa direcionar suas energias para o combate ao crime organizado. Disse que jamais pensou em extinguir o Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), e que ele está sendo reestruturado para atender suas finalidades. “Concordo com a especialização da polícia para o combate ao crime, mas não para cometer crimes”. Ele citou uma delegacia de roubos que, em determinado momento, chegou a ter sete de seus 10



agentes presos por envolvimento com o crime.

Questionado sobre a qualidade das estatísticas policiais, Araújo concordou que elas ainda não são

completamente confiáveis, embora aponte uma melhora significativa em 2001. Para ele, o problema só se resolverá definitivamente quando todas as delegacias

do Estado estiverem informatizadas. Com este objetivo, o Governo está investindo perto de R\$12 milhões em 2001 e 2002 na aquisição de computadores.